



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS
GUT
CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES

NOV-DEZ/21 | Nº 413 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR

FOTOJORNALISMO

**O sensível olhar
de Lilo Clareto
(1960-2021) sobre a
Amazônia e o Brasil**

DESTAQUE

**O dilema entre
racismo e
pluralidade na
*Folha de S. Paulo***

COJIRA

**20 anos e a luta por
representatividade
nas redações e no
jornalismo**

EBC

**Ouvidoria cidadã
contra a destruição
da comunicação
pública**

ENTREVISTA

Eliane Brum

**“TODOS TEM
VOZ, O QUE
FALTAM
SÃO OUVIDOS
DISPOSTOS
A OUVI-LOS”**

PAROU JORNALISTAS DA CAPITAL PARALISAM TRABALHO DURANTE DUAS HORAS POR REPOSIÇÃO SALARIAL

EDITORIAL

No entanto, ela se move...

Parem as máquinas! Ou melhor, abaixe a tela do notebook, deixe o celular no modo avião e desconecte do publicador de notícias. No último dia 10 de novembro, uma quarta-feira, mais de 350 jornalistas de todas as grandes empresas de jornais e revistas da capital cruzaram os braços por duas horas, das 16h às 18h. Um movimento inédito por conta das circunstâncias, histórico por sua mobilização: essa foi a primeira

grande paralisação de nossa categoria em São Paulo neste século 21.

As e os jornalistas que trabalham nas empresas de jornais e revistas da capital ainda estão em home office, mas isso não foi motivo para frear a organização do ato que faz parte da campanha salarial pela reposição das perdas inflacionárias – de 8,9% entre junho de 2020 e maio de 2021. A partir de salas virtuais, o Sindicato organizou assembleias cada vez mais maciças, com mais de 250 presentes na reunião que rejeitou de maneira unânime a proposta patronal e encaminhou a paralisação de duas horas.

Mas como organizar as e os profissionais, dispersos por toda a cidade (e até em outros estados, com jornalistas que trabalham em sucursais)? O jeito foi utilizar a tecnologia como ferramenta de luta: o “piquete” se deu em um ambiente virtual, reunindo cerca de 350 jornalistas nas salas do Google Meet criadas para agruparem a categoria paralisada. Além disso, o movimento ganhou as redes sociais e se tornou um dos assuntos mais comentados do Brasil naquele dia.

Quem lê o relato pode até sentir falta do calor humano de uma paralisação presencial, a vibração de uma assembleia lotada de companheiras e companheiros apertados no auditório. Mas como disse um de nossos diretores: nunca imaginei que organizar um piquete virtual poderia ser tão emocionante... E, de fato, foi um momento incrível, não apenas pela mobilização em si, mas pelos debates gerados que gestaram esse ato coletivo da categoria.

Como ficou claro nas intervenções de colegas que trabalham em veículos tradicionais do país, como *Estadão*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *Valor Econômico* e as publicações da Editora Globo e Editora Abril, se havia alguma dúvida que as e os jornalistas fazem parte de uma categoria de trabalhadores, hoje não há mais. E que somente a luta coletiva possibilitará a conquista de direitos, de salários e de dignidade. “A empresa deixa a minha vida cada vez pior nos 364 dias do ano. Por que, então, não posso dar uma dor de cabeça para eles em pelo menos um dia?”, foi o questionamento de um companheiro que sintetizava o sentimento de disposição à luta após anos de precarização, demissões e piora nas condições de trabalho de nossa profissão.

O movimento coordenado por nosso Sindicato e protagonizado pela categoria foi vitorioso, mas a luta segue. Neste momento, continuamos a batalhar nesta campanha salarial, com uma

nova grande assembleia aprovando nova paralisação, agora de quatro horas, que ocorrerá após o fechamento desta edição. Enquanto isso, as negociações para os profissionais de Rádio e Televisão se iniciam – a data-base desse segmento da categoria é em dezembro. Que os bons ventos de novembro soprem para as lutas que virão.

Por falar nisso, uma informação não menos importante deste editorial: com o exemplar que você tem em mãos, iniciamos nossa despedida de 2021 com a última edição do *Unidade* para este ano.

Felizmente, a manchete da paralisação deixou em segundo plano a famigerada retrospectiva anual. Porque, como sabemos bem, esse período que está prestes a se encerrar não foi nada fácil para nós, brasileiros. E nem para a nossa profissão em particular.

É impossível não se lembrar das mais de 600 mil vítimas de covid-19 em nosso país. É impossível não se solidarizar pelas tantas famílias que não poderão celebrar a passagem de ano com seus entes queridos por conta da criminosa sabotagem do governo Bolsonaro ao enfrentamento da pandemia. É impossível não se indignar ao andar pelas ruas de nossas cidades e encarar a face mais dura da fome, da miséria e da desesperança.

E, como não poderia deixar de ser, o desastre sanitário, econômico e social também atingiu a nossa profissão de maneira profunda. Continuamos expostos ao vírus, na linha de frente da cobertura: de acordo com dados da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), mais de 280 profissionais de imprensa morreram desde o início da pandemia – o Brasil é um dos países em que mais jornalistas foram vitimados pela covid-19 em todo o planeta.

Durante todos esses meses, realizamos nosso trabalho sob as ameaças e as agressões verbais e físicas cometidas pelo próprio presidente da República e por seus apoiadores. E se, da porta para fora, as empresas de comunicação não pouparam elogios à nossa categoria, a realidade de dentro das redações foi bem diferente, como fica evidente na postura dos patrões em nossa campanha salarial de jornais e revistas.

Diante de tudo isso, só nos resta uma saída: lutar muito, lutar todos os dias. É o trabalho construído cotidianamente que pavimenta os caminhos da ação e pode desaguar em momentos históricos como... a paralisação do último dia 10.

É por conta desta e das demais lutas empreendidas por nosso Sindicato e por toda a nossa categoria que temos a convicção de que 2022 será um ano para renovarmos a esperança e teimarmos a engendar uma realidade de solidariedade, paz, progresso e da verdadeira democracia construída pelas mãos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Obviamente, isso passa pelo período eleitoral que se avizinha. Mas uma eleição, por mais importante que seja, não resolve as contradições e as complexas questões colocadas em nossa atual conjuntura. E é por isso que o nosso Sindicato se coloca à disposição de nossa categoria e de toda a classe trabalhadora para organizar as lutas, acolher as companheiras e companheiros dispostos a contribuir para a permanente construção de nossas entidades e ser uma referência das e dos jornalistas nas batalhas por direitos e por dignidade.

Mesmo vivendo anos tão difíceis, continuamos firmes, de braços dados. E com a certeza que, apesar de tanta tristeza, derrotas e dor, amanhã haverá de ser outro dia. Para quem pensava que a classe trabalhadora permaneceria de joelhos e cabisbaixa, que aguarde a nova primavera prestes a despertar. A Terra é redonda e se move... ■

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO
DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretor responsável Eduardo Viné Boldt
Jornalista Adriana Franco **Edição de arte** Fábio Bosquê **Capa** Lilo Clareto (foto)
Revisão Cláudio Soares

CONSELHO EDITORIAL

Cinthia Gomes, Decio Trujilo, Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfouri, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 – Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo – SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Thiago Tanji **Secretária-geral** Cândida Vieira **Finanças e Administração** Cláudio Soares **Interior** Solange Santana **Comunicação e Cultura** Eduardo Viné Boldt **Relações Sindicais e Sociais** José Eduardo de Souza **Sindicalização** Lílian Parise **Jurídica e de Assistência** Larissa Gould **Formação Sindical e Profissional** Cristina Charão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Guilherme Balza, Paulo Zocchi, Rafael Benaque, Sérgio Kalili, Cláudia Tavares, Evany Sessa, Pedro Pomar, Ana Maria Minadeo, Joanne Mota, Laura Capriglione, Michele Barros, Solange Melendez

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CORFEP)

Cadu Bazilevski, Roberto Parizotti e Sérgio Pais

REGIONAIS

ABCD Rossana Lana (diretora regional), Ana Valim, Peter Suzano, Vilma Amaro

Bauru Camila Fernandes (diretora regional), André Freire, Ricardo Santana, Sérgio Borges, Tânia Brandão

Campinas Marcos Alves (diretor regional), Márcia Quintanilha, Reginaldo Cruz, Valério Paiva

Piracicaba Patrícia Sant'Ana (diretora regional), Adriana Ferezim, Gustavo Annunciação, Martim Vieira, Paulo Roberto Botão

Ribeirão Preto Sérgio Sampaio (diretor regional), Fábio Benedito, Fernando Braga, João Moreira, Marcia Rosseto, Marco Rogério Duarte, Raphael Cruz Pena

Santos Sandro Thadeu (diretor regional), Carlos Norberto Souza, Daniela Origuela, Ernandes Caires de Sousa, Gustavo Miranda, Suely Torres

Sorocaba Adriane Mendes (diretora regional), Fabiana Caramez, Pedro Courbassier

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira Rita Dell Aquila (diretora regional), Edvaldo Almeida, Fernanda Soares

CONSELHO FISCAL

Fabio Soares, José Augusto Camargo, Norian Segatto, Pedro Malavolta, Alexandre Linares

COMISSÃO DE ÉTICA

Eliane Gonçalves, Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala e Rodrigo Ratier

Contato: comissaoedeetica@sjsp.org.br

sjsp.org.br

unidad@sjsps.org.br

/JornalistasSP

/SindicatoJornalistasSP

@JornalistasSP

DESTAQUE

Racismo e pluralidade no jornal *Folha de S. Paulo*

Ao considerar legítimo conceder espaço a um articulista que relativiza o racismo e as dores da escravidão, o jornal não considera a existência do racismo e a opressão do escravismo uma questão resolvida

Dennis de Oliveira

Asída de Sueli Carneiro, filósofa e ativista negra, do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo* no dia 7 de outubro repercutiu nas redes sociais. Sueli Carneiro passara a integrar o colegiado, que foi totalmente remodelado com o objetivo, segundo o jornal, de reforçar a diversidade.

No dia 29 de setembro, o colunista Leandro Narloch publicou o artigo *Luxo e riqueza das ‘sinhás pretas’ precisam inspirar o movimento negro*. O texto relativiza as dores da escravidão ao falar da existência de mulheres negras que foram “sinhás”, utilizando a mesma lógica de raciocínio que Narloch adota na obra de sua autoria, *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*: transforma exceções em regras. Demitido da CNN por homofobia, Narloch foi contratado pela Rádio Jovem Pan e voltou a assinar uma coluna no jornal dos Frias este ano (já teve uma passagem por lá entre 2016 e 2018).

Houve inúmeras críticas ao artigo de Narloch, algumas delas publicadas na própria *Folha de S. Paulo*, como a de Thiago Amparo, também membro do Conselho Editorial, em que exige que o jornal se retrate desta publicação. O ombudsman José Henrique Mariante no dia 2 de outubro também criticou o artigo e apresentou uma reflexão sobre o tema.

A argumentação da direção da redação do jornal, segundo publicado na coluna do ombudsman, é: “O pluralismo é pilar do projeto do jornal, como defendido e explicado no Manual da Redação (...) A melhor resposta para um ponto de vista que repudiamos é a publicação do contraditório na arena pública”.

Mariante questiona os limites dessa pluralidade. E dá como exemplo o fato de que entre os vários médicos que assinaram colunas no jornal para discutir a epidemia do coronavírus nenhum deles apoiava as teses negacionistas dissemi-

A PUBLICAÇÃO DE UM ARTIGO RACISTA ABREVIOU A PASSAGEM DA MILITANTE SUELI CARNEIRO PELO CONSELHO EDITORIAL DO DIÁRIO

nadas pelo governo Bolsonaro. Este corte provavelmente ocorreu porque se trata de uma questão resolvida pela ciência. Não há relativismos.

Aplicando o mesmo raciocínio ao caso em questão, depreende-se que, ao considerar legítimo conceder espaço a um articulista que relativiza o racismo e as dores da escravidão, o jornal não considera a existência do racismo e a



NATÁLIA CARNEIRO

Sueli Carneiro (71) é filósofa e ativista. Fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra

opressão do escravismo uma questão resolvida. No limite, ela ainda comporta questionamentos.

Grande dilema do jornalismo

O grande dilema do jornalismo hegemônico é se legitimar socialmente como uma instituição autônoma de defesa dos direitos do cidadão e do esclarecimento como mecanismo de fomentar a esfera pública e, ao mesmo tempo, garantir a sua sobrevivência como empresa capitalista submetida a uma situação extremamente desfavorável. A atividade jornalística perdeu o monopólio da novidade por conta das tecnologias da informação e comunicação.

Diante disso, algumas empresas resolveram abandonar qualquer resquício ainda existente de um “esclarecimento jornalístico”, vendendo a alma ao diabo. O absurdo chega a tal ponto que um site “jornalístico” chamado *The News* apresentou três coberturas diferentes do discurso de Bolsonaro na ONU – uma favorável, uma crítica e outra “isenta” levando ao ápice o que Octavio Ianni fala da transfiguração da ideologia em mercadoria.

Outras empresas ainda tentam manter um certo ar de sobriedade como forma de garantir sua legitimidade pública. O mantra da “pluralidade de visões” virou uma marca na *Folha de S. Paulo*, é o resultado deste dilema entre manter uma “áurea” de instituição do esclarecimento e atuar como empresa capitalista.

Imperativo categórico

O filósofo Immanuel Kant defendia a ideia de que o contrato moral precede o contrato social, isto é, para que o contrato social (base dos arranjos institucionais da democracia) seja efetivo, é necessário que os sujeitos atuem dentro de determinados princípios éticos. E nesta discussão da ética da filosofia kantiana, o conceito de imperativo categórico é a base. Para Kant, o imperativo categórico coloca como dever do ser humano agir como se espera que todos os demais ajam em benefício de todos. Neste sentido, neste contrato moral não haveria espaço para atitudes que, se praticadas, seriam prejudiciais para a humanidade no seu conjunto.

Quando o jornal *Folha de S. Paulo* opta por não dar espaço para quem defende teses negacionistas em relação ao corona-

vírus nas suas páginas é uma ação ética no sentido do imperativo categórico kantiano. Isso porque, se tais teses forem admitidas como válidas, o conjunto da humanidade será prejudicado (e não apenas os que defendem tais teses). A epidemia sairia totalmente do controle e a tragédia seria muito maior.

Agora, ao admitir a defesa que relativiza a escravidão e o racismo, o jornal não coloca tais atitudes como contrárias ao imperativo categórico. Em outras palavras, a existência de comportamentos racistas ou negacionistas quanto aos horrores da escravidão não seria prejudicial ao conjunto da humanidade.

Esse olhar não é contraditório com o fato de o jornal ter criado uma editoria de diversidade, ter realizado recentemente um programa de *trainee* para negras e negros ou mesmo ter conviado pessoas negras para integrar o seu Conselho Editorial. Para o jornal, o racismo no Brasil é um tema passível de ser relativizado. E tal posicionamento é justamente fruto do que falei anteriormente do dilema do jornalismo hegemônico: na busca desenfreada para manter certa legitimidade junto ao seu público, é fato que o jornal atinge leitores de classe A e B que simpatizam com o racismo e até com as ideias de Narloch. Simpatizam por conta de privilégios: o racismo garante, por exemplo, que tenham à sua disposição mulheres negras para trabalhar em condições precárias como faxineiras e domésticas.

A advertência de Joel Pinheiro da Fonseca, também membro do Conselho Editorial, de que o jornal precisaria “moderar” as críticas a Bolsonaro para “não afastar leitores do veículo que simpatizam com Bolsonaro” sintetiza isso. O que o episódio da saída de Sueli Carneiro traz como grande questão é: qual o espaço existente nas instituições da sociedade brasileira para se discutir racismo? ■

Jornalista, professor do curso de Jornalismo da Universidade de S. Paulo, membro da Cojira e autor dos livros *Introdução aos estudos de jornalismo (Abya Yala, 2020)* e *Racismo estrutural – uma perspectiva histórico-crítica (Dandara, 2021)*. Coordenador da Rede Antirracista Quilombola. Diretor da ABEJ (Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo). Site: <http://dennisoliveira.info>

ARTIGO

FÁBIO RODRIGUES POZZOBOM/AGÊNCIA BRASIL



**Desmonte:
diretor-
presidente
da EBC (à dir.)
recebe prêmio
Marechal
Rondon de
Comunicações
pelos serviços
prestados**

Resistência ao desmonte da comunicação pública

Sociedade civil e entidades se unem contra o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Mecanismos como a Ouvidoria Cidadã e dossiês da censura foram criados para documentar o governismo e o desvio institucional promovido por Bolsonaro na maior rede de comunicação pública brasileira

por Akemi Nitahara*

Com o desmonte físico, de pessoal e, principalmente, editorial implementado na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) desde 2016, foi necessário criar mecanismos de resistência e denúncia em defesa do verdadeiro projeto de comunicação pública do país. Tanto internos quanto externos.

Ainda em 2016, em meio às ameaças de privatização ou extinção da EBC que surgiu durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, foi formada a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, composta por dezenas de entidades da sociedade civil, sindicatos, grupos de pesquisa, professores, jornalistas e pesquisadores. A Frente tem promovido, desde então, diversas campanhas e ações para difundir na sociedade a importância da comunicação pública para a democracia.

Internamente, os funcionários comprometidos com a missão social da empresa notaram rapidamente as mudanças efetivadas na EBC com a chegada de Michel Temer ao poder. Além das dezenas de demissões de comentaristas, apresentadores e funções de confiança e da retirada de programas das rádios e da TV Brasil do ar, sem explicação aos ouvintes e telespectadores, duas coisas passaram a se fazer presentes no jornalismo e na programação: censura e governismo.

Um grupo de trabalho formado por membros da Comissão de Empregados da EBC e dos sindicatos representantes

dos trabalhadores lançou um formulário on-line e anônimo em 2017, por meio do qual os funcionários apontaram os casos de censura que sofreram e de pautas ou programas em que só a visão do governo se fazia presente.

Este primeiro dossiê (<https://bitly.com/2re6kK>), lançado em agosto de 2018, trouxe o relato de 61 casos. Destaque para censuras à cobertura do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro.

Com o início do governo Bolsonaro, a censura e o governismo se agravaram na EBC, e o trabalho de denúncia continuou. O segundo levantamento, lançado em setembro do ano passado, somou 138 casos verificados entre janeiro de 2019 e julho de 2020 (<https://bitly.com/j51H6>). O dossiê levou como subtítulo “Inciso VIII”, que se refere ao artigo 2º da Lei nº 11.652, de criação da EBC, que descreve os princípios a serem seguidos pela empresa de comunicação pública: “VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão”.

O terceiro levantamento (<https://bitly.com/5iUxQ1>) apontou 161 casos de censura e 89 de governismo, que, pela primeira vez, foram computados separadamente. O espaço temporal foi restrito a um ano exato, entre agosto de 2020 e julho de 2021. Entre os destaques do relatório es-

tão o corte a pautas sugeridas, que nem chegaram a ser produzidas pelos veículos e agências da EBC, com a censura prévia de temas considerados “delicados” ou “controversos” pelo governo, como direitos humanos e meio ambiente.

O terceiro dossiê levantou também as entradas do programa governamental *A Voz do Brasil* com link ao vivo na Agência Brasil e no principal telejornal da TV Brasil, o *Repórter Brasil Nota*. A prática começou em 22 de julho de 2020, aniversário de 85 anos do radiojornal mais antigo do país. E continua a cada vez que um ministro ou outro membro do alto escalão concede entrevista nos estúdios da *Voz*. *A Voz do Brasil* é um programa da comunicação governamental, um serviço prestado pela EBC ao governo federal, e não deve ser confundida nem utilizada nos veículos públicos sem contextualização nem contraponto, como vem sendo feito.

**FORAM 97 EVENTOS
TRANSMITIDOS DE
FORMA ILEGAL PELA
TV PÚBLICA, EM 2021.
DESENTE O INÍCIO DO
GOVERNO, MAIS DE 239
HORAS FORAM DEDICADAS
AO PROSELITISMO
POLÍTICO DE BOLSONARO**

Ouvidoria Cidadã da EBC

Na resistência de fora para dentro, a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública lançou, em dezembro de 2020, a Ouvidoria Cidadã da EBC (<https://ouvidoriacidadadabc.org/>). O objetivo é resgatar a participação social na empresa, depois que o Conselho Curador foi cassado pela Medida Provisória 744/2016 e a Ouvidoria da EBC passou a fazer comunicação institucional, deixando de cumprir sua função prevista em lei de exercer a crítica interna da programação de acordo com os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública.

Portanto, o órgão paralelo publica “análise crítica e independente, feita pela sociedade civil, de amostra de conteúdos dos veículos públicos e agências de notícias da Empresa Brasil de Comunicação”, como explica o primeiro relatório. Função essencial, principalmente depois que a Ouvidoria da EBC foi proibida, pelo Conselho de Administração, em março deste ano, de divulgar as (poucas) análises que fazia nos relatórios bimestrais.

Entre os conteúdos apontados pela Ouvidoria Cidadã da EBC no primeiro relatório como problemáticos, do ponto de vista da comunicação pública, estão desserviço, desinformação e negacionismo na cobertura da pandemia de covid-19, tentativa de proteção editorial ao presidente Jair Bolsonaro, uso abusivo e ilegal dos perfis dos veículos e agências da EBC para promover o presidente Bolsonaro, uso de conteúdo governamental pelo jornalismo público e supressão de falas polêmicas do presidente e do vice.

Em 2021, um trabalho de grande repercussão publicado pela Ouvidoria Cidadã foi o levantamento das interrupções na grade da TV Brasil para a exibição de eventos ao vivo com Bolsonaro. Tal intromissão da comunicação governamental na TV pública começou com a fusão das grades da TV Brasil com a TV NBR, em abril de 2019.

As interrupções somaram 78h37min04s nos sete primeiros meses de 2021, com 97 eventos transmitidos de forma ilegal pela TV pública. No ano passado, 157 eventos ocuparam a TV Brasil por 109h17min40s. Em 2019, as interrupções somaram 51h44min01s, com 90 transmissões ao vivo. No total, são mais de 239 horas de proselitismo político.

Longe de ter interesse público, muitos desses eventos são formaturas militares, cultos religiosos e inaugurações de obras com caráter eleitoral.

O desmonte é grande, mas a resistência existe e as denúncias estão sendo feitas. Sociedade civil e trabalhadores da EBC se unem na defesa de um projeto que possa ser retomado em um momento mais democrático do nosso país. ■

* Akemi Nitahara é jornalista da EBC, membro da Comissão de Empregados e conselheira cassada pela MP 744/2016

ENTREVISTA

Eliane Brum

por Adriana Franco
Alan Rodrigues
Cláudia Tavares
Eduardo Viné Boldt
Rafael Benaque
Sérgio Kalili
Thiago Tanji

edição Priscilla Chandretti

UMA ESCOLHA POLÍTICA: CONTAR A HISTÓRIA DOS NÃO CONTADOS



om mais de 30 anos de reportagem, Eliane Brum conta que já esteve em “vários mundos”. Entrevistou presidentes, bilionários, grandes empresários. Mas sua escolha, o seu percurso no jornalismo, foi escutar e contar a história daqueles que resistem para poder existir. “É por contar [sobre] aqueles que, por diferentes iniquidades de raça, de gênero, de classe e mais recentemente também de espécie, enfrentam a violência da invisibilidade. Não é que eles não tenham voz, todos têm voz; o que faltam são ouvidos.”

É sobre a importância da escuta que ela parte para falar ao *Unidade* sobre o seu percurso na profissão, em entrevista concedida a partir de Altamira (PA), onde mora e trabalha. Por sua carreira, Eliane venceu o Prêmio Maria Moors Cabot em 2021, o prêmio mais relevante de jornalismo das Américas e o mais antigo do mundo. Recentemente, a jornalista venceu a 43ª edição do Prêmio Vladimir Herzog, na categoria livro-reportagem, com sua obra *Brasil, construtor de ruínas – Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*.

Gaúcha de Ijuí, Eliane foi repórter do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, e da revista *Época*, em São Paulo. Hoje, é colunista do jornal espanhol *El País*, e colabora com veículos como *The Guardian* e *The New York Times*. É ainda documentarista e escritora, com nove livros publicados.

O mais recente é de 2021, *Banzeiro Òkótó: Uma Viagem à Amazônia Centro do Mundo*, o qual traz um conceito de centralidade que, ela explica, é uma declaração política que transformou sua vida. Brum conta como a crise climática atravessa tudo, “é aquilo que corrói tua vida”, e defende que os jornalistas precisam ser capazes de atender aos desafios da nossa época muito rapidamente, porque não temos tempo.

ENTREVISTA

**Queremos saber de você: dá para se fazer jornalismo e ser ativista?**

O que é um ativista? O ativista é alguém que age pelo comum, age pela comunidade. É alguém que sai do individualismo desse sistema capitalista e vai agir pelo coletivo. Vai agir por aqueles valores que são comuns e são importantes para todos. E aí, curiosamente – mas não é por acaso – essas pessoas são desqualificadas, às vezes por parte de colegas. Se a fulana é ativista, não é mais jornalista.

No caso do Bolsonaro, isso sobe alguns degraus, mas é o mesmo movimento de criminalização de todo ativismo. Especialmente daquele que se contrapõe à destruição que o atual governo provoca. Então, acho que tem que prestar muita atenção no que é que perturba a ponto de ser necessária uma desqualificação para uma parte e uma criminalização para outra.

Eu sempre deixo muito claro, e já escrevi isso várias vezes, que se um jornalista me diz que é imparcial, essa é a primeira mentira que ele conta. Então, eu não vou escutar, ler, prestar atenção no que esse jornalista está dizendo, porque se ele parte de uma mentira tão básica, o trabalho dele não vai ter credibilidade para mim. Eu tenho consciência de que sou uma pessoa desse momento histórico, que venho de uma experiência de vida, que tem os dois pés na lama da cultura do meu tempo e, exatamente por isso, eu preciso ter o máximo de cuidado para chegar o mais próximo das verdades todas. Exatamente porque eu reconheço os limites do jornalismo é que eu tenho cuidado para respeitar os fatos e respeitar as pessoas que me contam as suas histórias.

O movimento da reportagem começa antes da gente ir para a rua. Começa em um movimento interno de atravessar a rua de si mesmo, que é o cuidado que a gente tem que ter. Ou seja, o cuidado de me despir dos meus preconceitos, da minha visão de mundo, dos meus julgamentos para ir o mais vazia possível. É claro que totalmente vazia é impossível, mas é possível ir a um mundo que é o outro, e escutar uma outra experiência de ser e de estar no mundo, e fazer o caminho de volta. E, ao escrever sobre isso, eu tenho que reconhecer os meus limites. Aí, sempre deixo claro para o leitor quando interfiro na minha reportagem.

Para dar um exemplo prático disso: em uma matéria que foi uma das mais longas que eu fiz, acompanhei os últimos 115 dias da vida de uma mulher que estava com câncer incurável. Passei 115 dias conversando com ela, quase todos os dias, sem jamais mencionar a palavra câncer e sem jamais mencionar a palavra morte. Se não tivesse feito isso, eu jamais teria descoberto que ela morreu sem pronunciar o nome da doença que a matou. E não teria entendido nada sobre como ela viveu o seu morrer.

Um outro momento importante que eu acho que é um marco. A partir de 2011,

PORQUE EU RECONHEÇO OS LIMITES DO JORNALISMO É QUE EU TENHO CUIDADO PARA RESPEITAR OS FATOS E AS PESSOAS

eu começo a acompanhar algumas famílias ribeirinhas que foram expulsas pela construção de Belo Monte (usina hidrelétrica em Altamira, no Pará). Eu já tinha saído da *Época*, em 2010, porque queria um outro tipo de vida depois de 21 anos trabalhando na grande imprensa e em redação. Começo a fazer esse projeto por minha própria conta. Então, eu trabalhava para conseguir dinheiro para financiar os meus projetos e vivia com muito pouco dinheiro para mim mesma, estava num momento que podia viver com pouco. E comecei a ir e voltar de Altamira e aqui da região. Em 2015, eu faço uma canoada pelo Xingu, promovida pelos jurunas da aldeia Miratu da Volta Grande do Xingu e pelo Instituto Socioambiental (ISA), para observar o rio morto pela construção da usina e o rio vivo.

Eu faço essa canoada com uma ribeirinha chamada Raimunda Gomes da Silva, que é uma das intelectuais da floresta. E a gente passa dias juntas conversando, quer dizer, ela me contando a história dela e eu anotando no meu bloquinho. A Raimunda foi expulsa, ela morava em uma ilha no Xingu. E quando chegou perto da ilha dela para tirar as coisas deles de dentro da casa, a casa estava pegando fogo. A Norte Energia (responsável pela construção da hidrelétrica) ou uma terceirizada contratada já tinha colocado fogo na casa, nas plantas, na ilha.

Ela tem um marido, o João Pereira da Silva, que se tornou um morto-vivo. Ela me conta que o João, quando chegou no escritório da Norte Energia para negociar (eles chamam de negociar, mas de forma nenhuma há uma negociação quando um impõe e a outra parte não tem nenhuma escolha) o preço da casa, da ilha da qual ele não escolheu sair, descobre que o valor que eles impõem é um valor impossível de recompor uma vida. E como João já passou fome – de desmaiar, de vomitar, fome de

fome mesmo – e já está com mais de 60 anos de idade, ele percebe que o mundo dele termina ali. E o João pensa: “Eu vou matar essa pessoa. Vou matar esse preposto da Norte Energia, e isso vai acabar com a minha vida. Mas a minha vida já está acabando agora, e isso vai chamar a atenção do mundo para o que está acontecendo aqui e vai salvar a vida de outras pessoas”. Só que o João não é um assassino. Então, o que acontece? O João trava. Ele trava as pernas, trava a voz. Ele não consegue se mover e precisa sair carregado do escritório. Mais tarde, fica-se sabendo que ele teve um AVC ali. Como aconteceu com outras pessoas. A violência é de tal proporção que as pessoas têm AVC. Alguns morreram. O João não morreu e ainda vai ter, mais tarde, um segundo AVC depois de receber uma visita de duas funcionárias da Norte Energia.

A Raimunda me conta isso e conta que deixou pessoas cuidando dele, as filhas, porque depois disso ele ainda tentou e quis convencer a família a irem para a ilha queimada e se matarem para chamar a atenção do mundo. Para ver o que faz a falta de escuta e de reconhecimento da sua voz e da sua dor. E eu disse pra Raimunda que quando a gente voltasse para Altamira, depois da canoada, queria ir à casa dela. A gente estava entrevistando a Raimunda na casa dela. E o João irrompeu na sala. Aquele homem, sem camisa, com os olhos azuis, disse: “O buraco, o buraco da minha vida”. Ele disse várias coisas, como: “Eu enxergo tudo escuro. Agora é tudo escuridão para mim”.

Foi muito forte aquela experiência e eu percebi ali que, sim, eu faria o meu trabalho de contar a história deles para o mundo. E eu consegui contar essa história em português, em inglês e em espanhol. Mas o jornalismo tem limites. Entendi que o João precisava ser escutado de outra maneira. Voltei para São Paulo e comecei

Eliane Brum e o fotógrafo Lilo Clareto, vítima da covid-19, foram responsáveis por documentar os efeitos ambientais e a crise humanitária provocada pela construção da usina de Belo Monte, na Volta Grande do Xingu

a bater na porta de psicanalistas e psicólogos que eu conhecia. E essa foi minha primeira ação que pode ser chamada de ativista, e é algo que me dá muita alegria, que foi a Clínica de Cuidado do Projeto Refugiados de Belo Monte. Foi algo extremamente importante para essa região e eu fiz o documentário junto com o Lilo Clareto, do jeito que era possível. Não é de forma precária, mas acho que é um documentário que tem vozes muito fortes (*Eu+1: Uma jornada de saúde mental na Amazônia*, https://www.youtube.com/watch?v=IG_DdW4znCE)

Ativismo é essa história. E aí eu nunca mais paro. E acho que isso só fortalece e melhora a minha escuta e o meu jornalismo.

Você decidiu sair de São Paulo para esse outro centro em Altamira. Como é trazer essas informações para a população, para um jovem que mora em São Paulo ou no Rio de Janeiro e, às vezes, não tem noção de que o Brasil é um país continental, com uma biodiversidade que está sendo atacada sistematicamente todos os dias? Em uma cidade não é possível ver essa destruição diretamente em sua vida, ou se vê apenas em coisas pontuais. Como trazer para o leitor este debate, expor que este problema diz respeito ao nosso país e às nossas escolhas políticas?

Acho que é também pelo deslocamento da centralidade. No caso do jornalismo, é preciso entender que essa divisão entre o meio ambiente, a economia, a política, não é assim. Eu tenho dúvidas se algum dia serviu compartimentar a vida e aí compartimentar as editorias. Se algum dia essas separações serviram para alguma coisa, certamente não servem mais.

Sempre me perguntavam: qual é tua área no jornalismo? E para não me encherem o saco eu dizia: direitos humanos. Mas nunca achei que eu fosse uma jornalista de direitos humanos, nem de qualquer área. Agora, nos últimos anos, me encaixam mais como uma jornalista ambiental. Não faz o menor sentido para mim. O que aconteceu comigo foi uma escolha política de contar a história dos não contados. Eu fui me deparando, pela escuta, com as pessoas que sofrem com a corrosão da natureza e com a crise climática. Antes de nomear e ter algum conhecimento maior sobre a crise climática, eu fui escutando essa crise na fala das pessoas e ela atravessava tudo. E eu fui entendendo que a emergência climática, que é a destruição da natureza, atravessava todas as vidas, todas as questões. Não era um assunto. Era algo que cruzava todos os assuntos.

Tu não consegue fazer com que os leitores entendam algo do qual tu mesmo não se apropriou. A crise climática está na vida de todos. É aquilo que corrói a tua vida, mas tu não sabe nomear.

Hoje, quando ando por São Paulo, estou em uma cidade que são ruínas. Uma

Eliane Brum
realizando uma
entrevista na
Terra do Meio,
na Amazônia

das grandes ameaças hoje é o excesso de concreto, que é como uma camisa de força na terra. A gente vê os rios que viraram esgoto, e a gente não vê os vários rios que estão enterrados. Em São Paulo, a gente está pisando sobre rios enterrados. Quando eu vou a São Paulo hoje, isso está muito presente na minha cabeça. E está presente no sentimento de opressão que muita gente sente, eu acredito ter muito a ver com isso, com a destruição. Quando se destrói a Amazônia, se desregula a chuva em São Paulo. Então, nós jornalistas precisamos entender o mundo de uma outra maneira e até com uma outra linguagem. Esse planeta é todo conectado, é um constante intercâmbio, são relações.

Precisamos perceber isso e precisamos mudar nossa linguagem. Mudar o jeito que gente olha para o mundo e também aprender com os povos da floresta e com os povos de outros ecossistemas, e com aqueles que não se afastaram da natureza e continuaram sendo natureza. A gente está vivendo um momento único, e acho que dá para concordar que é o momento mais desafiador da nossa trajetória como espécie. A gente está enfrentando a emergência climática com muitas poucas chances, com esses governantes, com essas corporações e com pouco tempo.

Nosso planeta hoje já é pior. São Paulo mesmo é uma cidade em que a temperatura já aumentou e tem um microclima. A gente está vivendo a sexta extinção em massa de espécies, mas a primeira provocada por ação de parte de humanos. A gente viu o que aconteceu agora: as inundações na Alemanha, o Canadá com temperaturas do Saara. A gente está vivendo isso agora e é muito difícil não enxergar a crise climática, mas as pessoas ainda não sabem nomear.

Quando um indígena fala que o rio é avô, a montanha é mãe, ele não está fazendo poesia *naïf*. Ele está falando de um conhecimento profundo de povos que vivem há milênios com a natureza, sendo natureza eles também, e sem destruir o mundo em que vivem. Essa civilização à qual pertencemos destruiu o mundo em apenas alguns séculos. E quem colocou o planeta e a própria sobrevivência da espécie em risco tem a arrogância de achar que os povos da floresta não têm conhecimento nem para dizer sobre o seu próprio destino. A gente precisa se desformatar, nós jornalistas, para ser capaz de atender aos desafios da nossa época muito rapidamente. Porque essa também é uma época em que não temos tempo.

E para isso, colocar a Amazônia centro do mundo, que é a ideia de movimento que a gente fez em 2019. É o nome do meu livro e não é uma ideia retórica, não. É uma declaração política. Os suportes naturais de vida, como os oceanos e as florestas tropicais, são os verdadeiros centros desse mundo, então precisam ser tratados como centro. A gente não vai enfrentar os de-



LILÓ CLARETO

“ SE UM JORNALISTA NÃO SABE ESCUTAR, ELE TEM MUITO POUCO A FAZER ”

safios da crise climática e da sexta extinção em massa de espécies com o mesmo pensamento e com a mesma linguagem que nos trouxeram até o abismo. A gente precisa ser liderado por aqueles que foram capazes, aqueles que se mantiveram como natureza e foram e são capazes de conviver como natureza, com a natureza, sem destruir o planeta. E sem destruir as outras espécies.

Acho que um exemplo interessante também, que as pessoas acompanharam mais de perto, foi essa migração de populações de vários diferentes países da América Central tentando entrar nos Estados Unidos, e encontrando lá os muros do Trump. A maioria dos jornalistas, quando entrevistavam essas pessoas desesperadas, dizia: “Essas pessoas estão aqui por causa da violência, estão aqui por causa da fome, estão aqui por causa da miséria”. Mas outros jornalistas, uma minoria, iam além dessas perguntas por já entender o mundo de um jeito diferente. E aí as pessoas começaram a falar das secas. A crise climática tinha provocado secas, tinha provocado alterações no lugar onde elas viviam. E isso tinha gerado a fome. E isso tinha gerado a violência. E isso tinha gerado a miséria. E isso tinha gerado a migração. Então, eu considero que esse movimento foi um dos primeiros de muitos que ainda virão. Movimentos de refugiados climáticos.

Se a gente não souber ler, não souber interpretar a realidade e escutar as pessoas, escutar a realidade, a gente não vai estar à altura do nosso tempo.

Não sei se você teve também um jornalista como inspiração. No meu caso, foi o professor aqui da TV Cultura, Washington Novaes. Ele vai sempre colocar que o meio ambiente deveria estar no centro de tudo. E eu queria trazer a memória dele, porque acho

uma marca profunda pela linguagem. Eu parava em casas que eu encontrava, e as pessoas abriam a porta e começavam a contar histórias. E eram histórias e linguagens muito diferentes das do Rio Grande do Sul. E com ritmos muito diferentes. Eu fiquei transtornada por isso. Eu voltei para casa, escrevi. E escrevi quase num transe. É uma matéria que eu não fiz aspas, porque eu ia emendando assim as histórias das pessoas naquela linguagem encantada. Então essa foi minha primeira impressão que eu tive da Amazônia: de um lugar de outras linguagens, de outras gentes. Isso foi fundamental, me marcou. A partir de 2000, quando eu venho para São Paulo, eu passo a ir para a Amazônia então com muito mais frequência. Para diferentes amazônias.

Em 2004, eu e o Lilo viemos para a Terra do Meio, que era um nome que nunca tínhamos ouvido, nem não se ouvia no Brasil. Era um movimento desconhecido ainda. Os grileiros tinham alcançado a área dos ribeirinhos, os beiradeiros, população extrativista. E estavam queimando os castanhais, botando fogo nas casas, ameaçando de morte. Tínhamos um colega, o Alexandre Mansur, me falou que estava acontecendo. A gente já tinha tido várias experiências na Amazônia, mas eu nunca tinha tido uma experiência de viajar cinco dias pelos rios, numa voadeira, que é o barco a motor mais rápido que a gente tem aqui. E mesmo assim levou cinco dias. Foi uma viagem no sol, sentada no chão, parávamo-nos à noite para amarrar rede na floresta e fazer uma comida no chão, no fogo. Era uma trajetória muito difícil. Às vezes tinha que parar, descer corredeiras carregando o barco nas costas, pegar corda, enfim.

Nós fomos os primeiros jornalistas a chegar à Terra do Meio. E a gente falou com lideranças ribeirinhas, como o sr. Herculano Porto. Numa comunidade de mais ou menos 200 pessoas, ele era a única pessoa com existência oficial, era o único que tinha carteira de identidade. Outra liderança era o Raimundo Belmiro, e outra era o Manchinha, que eu não estou lembrando o nome agora. O Lilo fez as primeiras fotos de família da vida dessas populações. É uma população que vivia sem imagem, não tinha energia, não tinha nada. E a gente contou essa história quando voltou. Na época, a Marina Silva era ministra do Meio Ambiente. Uma matéria saiu e nada aconteceu.

A gente levou um rádio para eles poderem se comunicar quando houvesse risco de serem mortos, uma doação de uma ONG da Holanda trazida pela Comissão Pastoral da Terra. Naquela mesma semana em que saiu a matéria, o Raimundo Belmiro, de onde estava o rádio, falou do atentado. Ele sofreu um atentado. E não teve nenhuma repercussão na semana. Eu fiz uma nota chamando literalmente a Marina Silva. Então ela me ligou, disse

Eliane Brum

ENTREVISTA

que conhecia a história dessas pessoas, porque essa história era a história dela, das pessoas da comunidade dela, pois ela era uma extrativista, desde a infância e a adolescência. Aí aconteceu algo muito incrível. As três lideranças foram retiradas da floresta de helicóptero e levadas a Brasília para contar para os ministros o que acontecia na Amazônia. O sr. Herculano é um contador de histórias, então essa história virou um épico contado às crianças, a viagem ao país oficial. Alguns meses depois, foi criada a reserva extrativista Riozinho do Anfrísio, que é uma unidade de conservação.

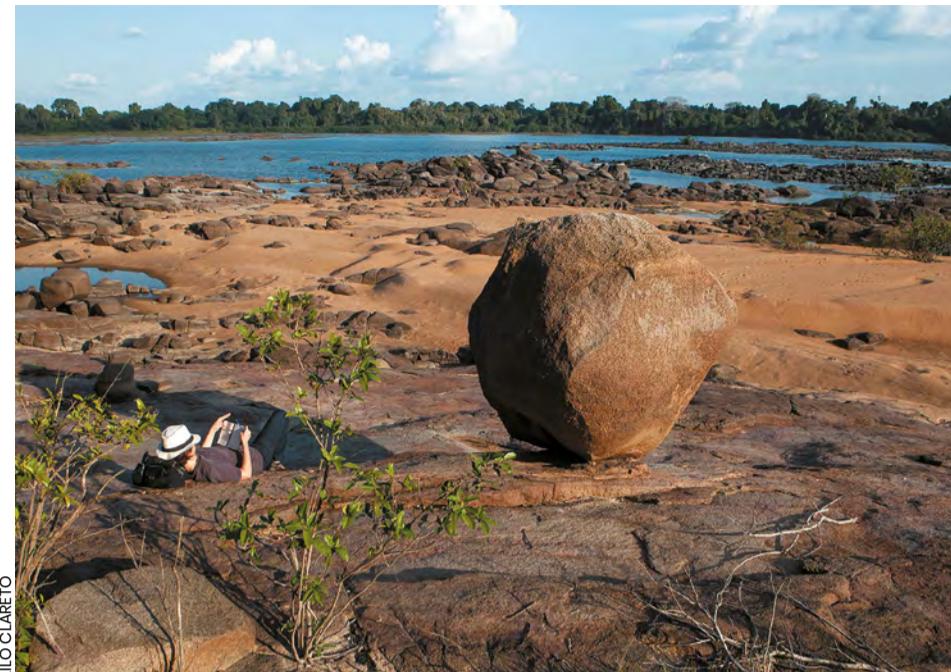
É claro que não foi só pela nossa matéria, isso é uma coisa muito importante que eu sempre gosto de falar. [Essa história] explica muito o fato de eu estar aqui. É porque eu acho que nesses mais de 30 anos como repórter, eu denunciei muitas coisas. Se eu estou em alguma denúncia eu me comprometo com isso para sempre. Eu fiz algumas grandes denúncias, e eu acho que essa foi a única vez que eu vi um resultado, ou uma das poucas vezes. Eu vi algo acontecer depois de uma denúncia numa proporção muito concreta: virou uma unidade de conservação.

Eu acho que comecei a vir para cá devagarinho, antes de saber que estava vindo. Então, eu já estava cobrindo Belo Monte.

Queria entender se a gente já esteve politicamente mais próximo da visão de ter o meio ambiente no centro de tudo. Me parece que a gente regrediu muito nos últimos anos, e voltou com uma política da época da ditadura militar, do ‘integrar para não entregar’, e essa destruição que assistimos com as queimadas. O que você está vendo aí? Será que temos condições de sair desse lugar ruim onde a gente está?

A Amazônia como deserto verde é aquele slogan da ditadura: “homens sem terra, terra sem homens”, que explicitamente não reconheceu os povos da floresta como humanos. Eles não são gente. Porque na floresta amazônica, não só tem centenas de povos indígenas há milênios, ou seja, muito antes de 1500, como parte dessa floresta foi plantada pelos povos indígenas. Isso é comprovado cientificamente. [O slogan] é parte de uma grande mentira e de uma ignorância proposital. Embora Getúlio [Vargas] já tivesse feito incursões na Amazônia, é na ditadura civil militar, de 64 a 85 que se cria o imaginário, a falsificação que persiste até hoje. Que é essa: a do deserto verde. E se cria essa peça publicitária que se encrustou na mente das pessoas até hoje.

Foi transmitida de geração em geração, porque a Amazônia precisava ser vista como corpo para violação e exploração de recursos. A Amazônia como uma mercadoria de onde se pode extraír outras mercadorias. Isso persistiu. Só recentemente, com a Comissão da Verdade, que se



**Eliane Brum
na Pedra do
Ó, na Estação
Ecológica da
Terra do Meio,
em 2017**

é normal. Os impactos recém começaram, eles vão ficar cada vez mais graves, porque as coisas acontecem em cadeia. Se fosses vocês forem para Jiral, Santo Antônio, se forem para Teles Pires, vão encontrar outra série de tragédias, e que continuam. Então hoje a gente está aqui, vivendo com o rio, uma parte dele morta, um rio transtornado.

Em 2015 foi quando o Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], no governo de Dilma Rousseff, deu a licença de operação para Belo Monte. Nesse ano, Altamira tinha se transformado na cidade mais violenta do Brasil, de mais de 100 mil habitantes. Não é à toa que aqui, há dois anos, houve o segundo maior massacre carcerário da história do Brasil, com 62 mortos, incendiados. Só perde pro Carandiru. Pouco antes, Altamira viveu uma série de suicídios de adolescentes. Para isso, os pesquisadores e os especialistas de saúde mental atribuíram como a principal causa a destruição dos laços, as mudanças do modo de vida num curto espaço de tempo, que estourou naqueles que são os mais frágeis, as crianças que vieram a se tornar adolescentes durante esse processo de destruição.

Para responder à pergunta, o olhar sobre a Amazônia da ditadura empresarial militar persists até hoje, e o tratamento dado à Amazônia pelos governos do PT é muito semelhante. Esse é o milagre de onde é possível criar o que se chamou de classe C, de nova classe média (que foi importantíssimo) sem mexer na distribuição de renda. Sem taxar as grandes fortunas. Como é que isso foi feito? Pelo custo natureza. Quem pagou a conta foi a Amazônia, foi o Cerrado, foram os outros ecossistemas, foram os povos desses enclaves. Essa conta foi paga com commodities tiradas, exportadas para a China, por isso que os bancos tiveram lucros recordes. Não teve alteração na estrutura da renda. Essas populações aqui pagaram. Nós todos estamos pagando por isso, o planeta está pagando.

Aí vem Temer, tudo piora. Aí vem Bolsonaro e é o horror completo. O principal projeto do Bolsonaro, e isso eu escrevi antes de ele assumir, é abrir a Amazônia para exploração. E ele faz isso com muita competência. Então, a Amazônia está chegando aceleradamente ao ponto de não retorno. A gente está falando de anos. As últimas pesquisas já mostraram que parte da floresta já emite mais carbono do que absorve. Parte da Amazônia já deixou de ser solução para se tornar um problema. Sem a floresta amazônica, a maior floresta tropical do mundo, agindo como floresta, como reguladora do clima e com outras funções importantes que a Amazônia tem, não há como controlar o superaquecimento global. Por isso, o que acontece no Brasil hoje interessa a todo o planeta.

“

**O QUE ESTÁ EM JOGO
HOJE É NOSSA PRÓPRIA
GENTE. A NOSSA ESPÉCIE
CORRE RISCO DE EXTINÇÃO.
ISSO É PARA AGORA**

fala e se reconhece que a ditadura matou mais de 8 mil indígenas. O Brasil se redemocratiza, e a Amazônia continuou sendo vista dessa mesma maneira. Eu afirmo com a tranquilidade e a convicção de quem estudou, de quem investiga: a Amazônia continuou sendo vista da mesma maneira.

E aí eu preciso dizer, e muitas pessoas não gostam que eu diga, mas eu também tenho convicção de que ou a gente vai com memória, ou não vai. Os governos do PT foram desastrosos para a floresta amazônica. A Marina Silva deixa o governo também por conta disso. Foi no período dela que as primeiras grandes hidrelétricas do governo na Amazônia foram aprovadas. Até ali, tinha uma disputa dentro do governo de visão, de desenvolvimento, de como tratar a Amazônia. Com a saída da Marina, claramente o Lula faz uma escolha.

Os governos do PT implantaram as grandes hidrelétricas na Amazônia. E nenhuma visão contemporânea de conservação ambiental considera hidrelétrica na Amazônia como energia limpa. A gente precisa enxergar e lembrar para não acontecer de novo. Porque Belo Monte foi imposta à população do Xingu. Foi imposta aos povos indígenas, aos povos ribeirinhos. Ela foi imposta. E aconteceram coisas terríveis aqui. Grande parte dos ribeirinhos foram expulsos, como Raimunda e João, que foram indenizados com valor irrisório. O sr. Otavio das Chagas, por exemplo, que é de uma família que eu acompanho, assinou um papel pelo qual ele perdia tudo, sem saber ler. As pessoas assinaram com o dedo papéis que elas não eram capazes de ler. Foi esse nível de violência.

E não tinha ninguém que as defendesse. O PT colocou a Força Nacional para reprimir os indígenas, para reprimir os ribeirinhos, para reprimir os movimentos sociais que protestavam no canteiro de Belo Monte. Assim como colocou a Força Nacional contra as greves de trabalhadores

de Belo Monte. Tinha um agente da Abin [Agência Brasileira de Inteligência] infiltrado no movimento Xingu Vivo, que era um movimento de oposição a Belo Monte, aqui de Altamira, muito atuante e coordenado pela maior liderança popular do médio Xingu, a Antônia Melo. Isso tudo aconteceu. E Belo Monte é um projeto da ditadura militar, que vários governos tentaram e, pela resistência, nunca foi implantado. E por que o PT consegue? Porque a maior parte do movimento social daqui de Altamira e do médio Xingu eram pessoas fundadoras do PT na região. Então, quando o PT assume, elas tinham tantos problemas, esse era um problema que achavam que não iam mais ter. Elas se desocuparam. Quando elas começaram a ouvir logo no início do governo que Belo Monte ia sair, foram para Brasília. E foram muito mal-recebidas pela Dilma, que era ministra das Minas e Energia. Depois foram bem recebidas pelo Lula, mas nada aconteceu. E elas demoraram muito tempo para acreditar. Esse é um relato que Antônia Melo faz chorando, porque ela é uma das fundadoras do PT. Ela levou muitos anos para se desfiliar porque não conseguia acreditar que o partido pelo qual lutou todas essas décadas, toda a sua vida, destruiu o mundo dela. Então, o movimento rachou aqui. É tão triste essa história.

Tem muita gente tentando apagar Belo Monte, mas ela é grande demais para apagar. E nesse momento a gente tem a Norte Energia controlando a água do rio Xingu. Isso está secando uma área de mais de 100 quilômetros, chamada Volta Grande do Xingu, e essa região está sofrendo uma insegurança alimentar, uma tragédia humanitária. Isso está transformando todo um ecossistema, inclusive com espécies endógenas, que só existem nessa região. E é isso: uma empresa controla um pedaço da água e as pessoas acham que isso

Canoada Bye Bye Xingu, durante um protesto dos canoeiros diante da usina. Os canoeiros são cientistas, professores universitários, antropólogos, jornalistas, ambientalistas, indígenas e ribeirinhos

Mas é claro que Bolsonaro é síntoma. Bolsonaro é criatura e todos aqueles que a geraram continuarão agindo. Agiam antes dele e continuarão agindo depois. O bolsonarismo vai muito além de Bolsonaro. Então, a gente está numa situação muito trágica. Quando se pensa em lutar pela Amazônia não é uma luta por compaixão dos povos da floresta, por bondade. É uma luta pela nossa pela própria sobrevivência nesse planeta. O que está em jogo hoje é nossa própria gente. A nossa espécie corre risco de extinção. Isso é para agora.

Ainda no campo das tragédias, gostaria de falar dessa que é o governo Bolsonaro. Nos últimos meses a nossa categoria de jornalistas e o jornalismo nunca foi tão agredido, em especial as mulheres. O que você pensa sobre essa violência? Você fala em mea-culpa do governo do PT, mas os donos da grande mídia têm que se responsabilizar por essa tragédia que é o governo Bolsonaro?

Eu acho que nós todos temos que fazer uma autocrítica. Nós todos. Principalmente quem esteve no governo. Me parece isso bastante razoável, não é nada muito inovador. E a imprensa precisa assumir suas responsabilidades em tudo que está acontecendo no Brasil.

Me parece que a crise da imprensa vai muito além do modelo de negócios. A crise da imprensa é uma crise de credibilidade e uma crise de representação. Eu acho que o governo da Dilma, os governos no geral, lidaram muito mal com as manifestações [de 2013] e não foram capazes de despertar para o que estava acontecendo nas ruas naquele momento. Mas a imprensa também não. Eu acho sempre ruim a gente tratar as coisas no genérico, porque também dentro da imprensa há vários grupos de resistência, inclusive dentro de cada jornal. Mas dá para dizer que a maior parte do que a gente está chamando de grande imprensa teve muita dificuldade de escutar o que as ruas estavam dizendo naquele momento. E me parece que o que estava sendo dito ali é que as pessoas não se sentiam representadas. Isso não é escutado. Se um jornalista não sabe escutar, ele tem muito pouco a fazer.

E a gente tem toda a cobertura absolutamente promiscua de parte da imprensa, com parte da operação Lava Jato. Eu não sou daquele grupo que acha que tudo da Lava Jato foi ruim. Mas claramente teve uma relação muito promiscua, com efeitos muito concretos.

Mais recentemente a gente tem o “29M”, que foi uma grande manifestação pelo “Fora Bolsonaro”. Na avenida Paulista, havia dezenas de milhares de pessoas. Juntando todo o Brasil, pode-se dizer que eram centenas de milhares de pessoas. Como se explica que, no dia seguinte, dois dos três principais jornais do Brasil não tragam essa manchete? Em qualquer tipo de jornalismo, milhares e milhares de pessoas ocuparem as ruas contra o presidente do país é notícia.



LILÓ CLARETO

Eliane Brum

“OUTROS POVOS, OUTRAS MANEIRAS DE PENSAR, OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE MUNDO, PRECISAM INVADIR O JORNALISMO”

que é tão atacado? Você tem vontade ou intenção de voltar para São Paulo ou ir morar em algum outro estado?

Eu escrevo e defendo assim, como outras pessoas, a centralidade da Amazônia. Assim como de outros enclaves de natureza, enclaves de vida. Se eu defendo que é preciso deslocar o conceito, confrontar os conceitos do que é centro, do que a periferia, como posso explicar eu cobrir a Amazônia desde São Paulo, o que no jornalismo se chama de enviado especial à Amazônia? Então eu me mudei por uma questão de coerência. Eu, como jornalista, preciso estar no centro do mundo. Então eu deixo esse maior centro do país, no sentido convencional, para me mudar para o principal centro do país no sentido dessa nova perspectiva.

E porque eu entendo também que a gente está numa guerra. É uma guerra determinada pela emergência climática, com muito pouco tempo. E essa é a linha de frente onde eu escolhi estar com meu corpo. Passar a olhar São Paulo, Brasília, Washington, Frankfurt, Pequim desde a Amazônia é muito diferente. Me dá uma perspectiva diferente. E foi muito mais transformador do que eu podia imaginar, porque eu não tinha elementos para imaginar tudo o que aconteceu comigo aqui.

Eu vim na verdade em 2017 para passar um ano. Eu tinha me iludido, meu inconsciente tinha feito essa ilusão. Porque se eu pensar “eu vou me mudar para Altamira, vou deixar toda minha vida,” teria sido muito mais difícil. Mas no fundo eu sabia que eu não ia ficar um ano só e que essa era uma mudança de vida mesmo. Foi o que aconteceu.

Teve um custo alto na minha vida pessoal. Eu me transformei profundamente, estou em um processo. Talvez a mudança mais evidente seja uma mudança de linguagem. A linguagem é um mundo que a gente habita, e sem mudar a linguagem a gente não muda o mundo.

Você fala que não há necessidade de censura porque as pessoas deixaram de acreditar na imprensa, mas a imprensa é um pouco domesticada, do ponto de vista que ela fala muito em uníssono. Você fala da necessidade da mudança de perspectiva, de deixar de ser aquela que vai à Amazônia falar, mas partir da perspectiva de alguém que vê o rio morrer da janela de casa. O que você pensa sobre a discussão da regulação dos meios de comunicação, no sentido de quebrar os monopólios e tentar democratizar, se é que dá para usar essa palavra, as vozes e os espaços de escuta na imprensa? É o momento de fazê-la?

Eu acho essa discussão válida. Eu não acompanho muito atentamente esse debate, mas é claro que ele é importante. Da minha perspectiva, eu acho que é mais do que isso, acho que isso a gente já está tentando fazer. A gente precisa ter uma imprensa menos branca. A gente precisa ter uma imprensa menos binária. A gente precisa ter imprensa menos císgênera.

O Jonathan Watts, do *The Guardian*, teve essa ideia e chamou outros jornalistas que atuam na Amazônia. A gente criou o Rain Forest Journalists Found que é para estimular reportagens na Amazônia, já que são caras e é urgente fazer essa cobertura, né? E uma das ideias é estimular a reportagem feita por outros protagonistas, como os povos indígenas, como os povos ribeirinhos, os povos quilombolas. O *Amazônia Real* tem feito um trabalho importante com comunicadores indígenas. A gente precisa trazer outras gentes para o jornalismo, que podem, inclusive, mudar até o que é jornalismo. Porque elas vão trazer uma outra experiência. O que mais me interessa nesse debate está até além dessa questão da regulação.

A gente tem que ir além de um jeito de pensar as coisas que eram do jeito do século 20. E essa é uma boa notícia: estamos em um momento de levante, em que outras vozes pressionam. E eu acho que o jornalismo precisa ser permeado por isso. Precisa ser invadido. Eu acho que outros povos, outras maneiras de pensar, outras experiências de mundo, precisam invadir o jornalismo.

A imprensa como conhecemos é filha de um determinado período histórico, e o mundo está em mudança.

Não dá para lutar a Guerra do século 21 com as armas e os contingentes do século 20...

É! Com os conceitos, especialmente. Então acho que a gente tem que pensar tudo isso e passar a imaginar um futuro no qual queremos viver. A imaginação do futuro não sequestrada. Porque caras como o Bolsonaro só têm passado para vender. Passado falso. Então a gente precisa voltar a imaginar um futuro, que é algo muito desafiador e muito transformador. ■

Que motivação você teve para ir para Altamira, para esse centro do mundo

FOTOJORNALISMO

Lilo Clareto (1960–2021)

Beijo: Um talho no tronco de uma árvore tornou-se a foto *Beijo*, realizada em 2019. A imagem é capa do livro *Banzeiro Òkótó: Uma Viagem à Amazônia Centro do Mundo*, de Eliane Brum, recém-lançado pela Companhia das Letras



Lilar: uma crônica fotográfica

fotos Maurílio Clareto (Lilo)

Maurílio Clareto é nome e sobrenome. Lilo é apelido. Lilar é verbo. Uma palavra pode ser definida como sendo um conjunto de letras ou sons de uma língua, juntamente com a ideia associada a esse conjunto. A função da palavra é representar partes do pensamento humano, e por isso ela constitui uma unidade da linguagem humana, segundo a Wikipédia.

Eliane Brum, jornalista e escritora, com muita competência na arte de arrumar e desarrumar palavras, cunhou a palavra “lilar” em homenagem ao Lilo, que faleceu de covid em abril deste ano. Em um hipotético dicionário de neologismo da língua portuguesa do Brasil, “lilo” pode ser adjetivo, substantivo e verbo. Assim:

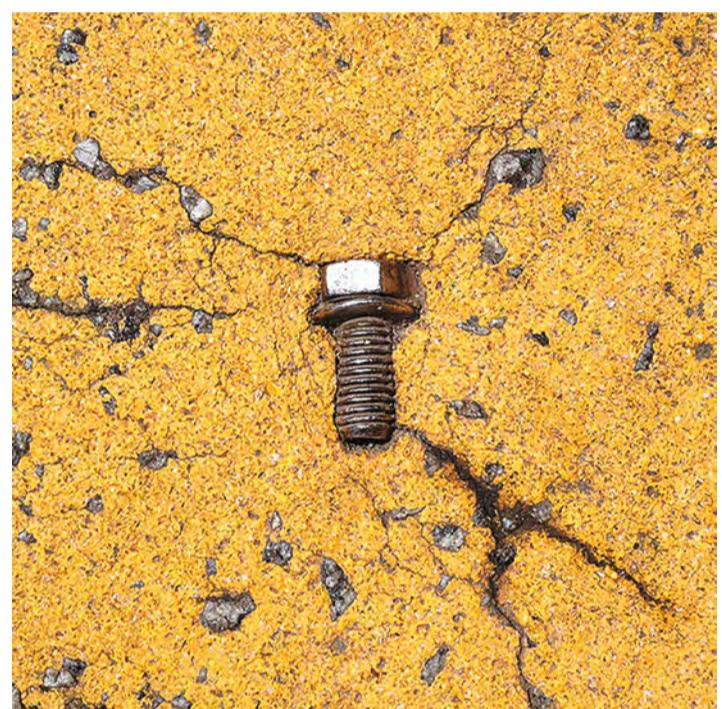
Lilar (v.t.d. e t.d.i. e pron.)

1. Ato ou efeito de fazer lilagem. **2.** Enxergar a vida de maneira singular, como se fosse uma crônica fotográfica. **3.** Permitir-se, sem medo do que há por vir; agir de forma espontânea, criativa e alegre. **4.** Quebrar regras, criar de forma única e original.

Lilo era conhecido e reconhecido no jornalismo por trabalhos fotográficos que denunciavam violações de direitos humanos e crimes ambientais na região amazônica. Teve passagens pela revista *Época* e pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Com sua partida, o coletivo “Fotógrafos pela Democracia” deixou registrado: “Nossos corações partidos agradecem sua atuação combatente, sempre crítica, de denúncia, de amor, de poesia. Suas fotos irão pulsar por ele, que não mais respira, agora voa!”. ■

Texto: Alan Rodrigues

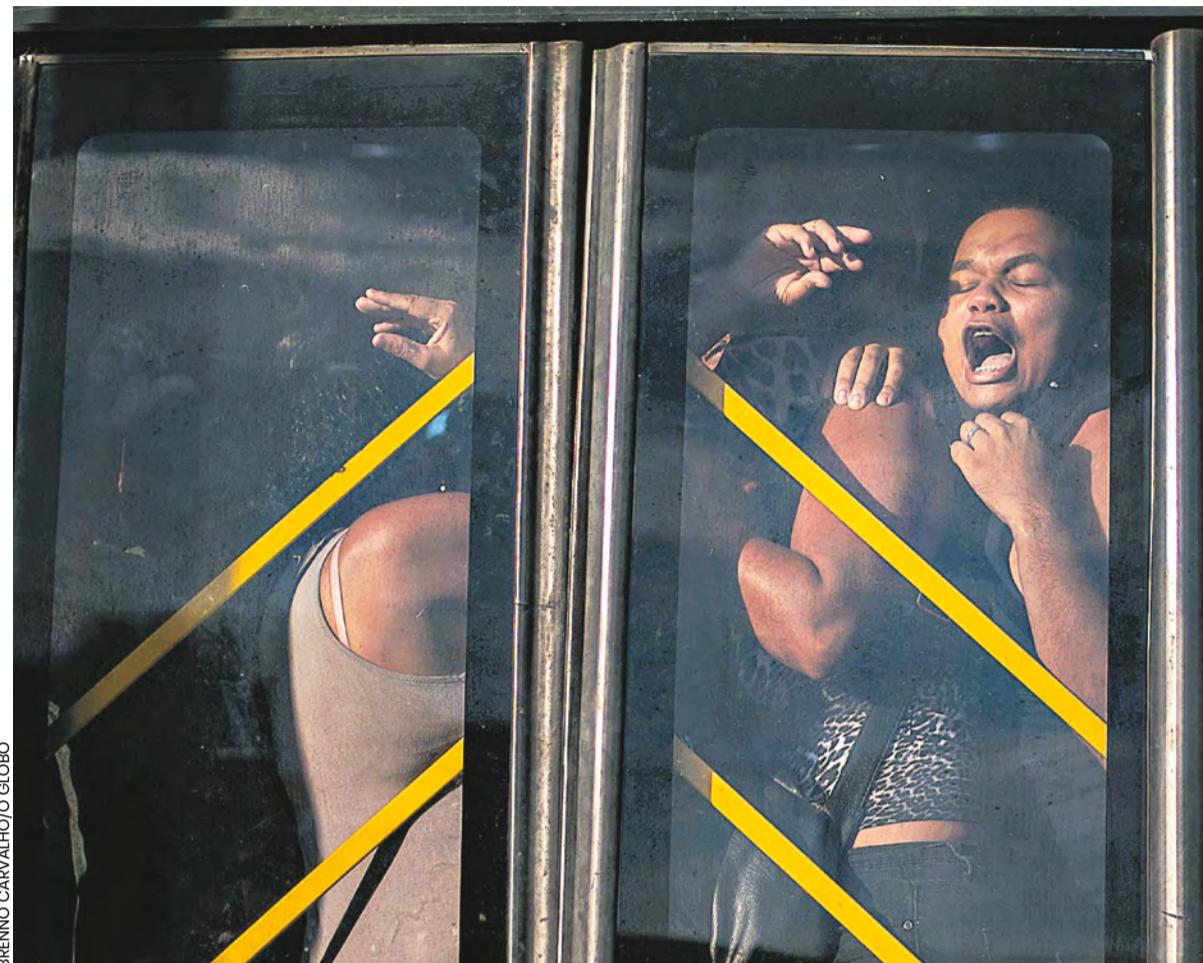
Belo Monte: *Passarinho* (2015), *Belo Monte* (2017) e *Menino no rio* (2017) marcam o período em que comunidades ribeirinhas e indígenas foram desterritorializadas para a construção da hidrelétrica. *Passarinho* (abaixo) mostra a brincadeira de Alice Juruna (os jurunas são chamados de reis do rio). *Belo Monte* (inf.esq.), retrata a área alagada pela hidrelétrica, e *Menino no rio* (inf. dir.), imagem singela de uma criança brincando no Paratizão, uma das ilhas que abrigavam sua comunidades antes do alagamento



Arte no asfalto: Nos anos de 2016 e 2017, entre um trabalho e outro, Lilo lançou-se a leituras do cotidiano de São Paulo com o aplicativo Instagram e fez incursões no campo da arte, desenvolvendo a série de fotos *Arte no asfalto*, capturando imagens de objetos ou sinais que marcam o dia a dia da cidade (acima)



PRÊMIO VLADIMIR HERZOG



A vulnerabilidade dos trabalhadores frente à pandemia ecoa em *Grito do Subúrbio*, de Brenno Carvalho, para O Globo

RESISTÊNCIA É A PALAVRA DE ORDEM

EVENTO CHEGA À 43^a EDIÇÃO MANTENDO O CARÁTER POLÍTICO E RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO PROFISSIONAL COMO INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA. TRABALHOS PREMIADOS REFLETEM A REALIDADE DO BRASIL SOLAPADO PELO GOVERNO BOLSONARO

por Eduardo Luiz Correia

O tradicional Prêmio Vladimir Herzog, que, por essência, representa a defesa dos direitos humanos, ganhou nova dimensão como símbolo de resistência e denúncia dos retrocessos sociais vividos pelo país nestes anos de governo Jair Bolsonaro. Mais uma vez, e de forma bastante enfática, a defesa da democracia e do jornalismo crítico e independente, assim como a denúncia dos abusos e desrespeitos aos direitos humanos, deram o tom da solenidade do **43º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos**.

A jornalista e conselheira da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Cristina Serra, ressaltou a “circunstância adversa

do momento, em que a afronta aos direitos humanos parte do próprio governo federal”. Lembrou ainda que a pauta dos direitos humanos é permanente no Brasil: “Somam-se às desigualdades históricas as circunstâncias deste momento em que a violência institucional é estimulada pelo próprio governo. Isso torna o desafio para o jornalismo muito mais complexo”.

Cristina Serra também destacou que “temos hoje negado para boa parte da população brasileira seu direito humano mais básico, que é o direito à alimentação, com milhões de famílias passando fome. Isso tudo põe ainda mais em relevo a importância do prêmio. Mais do que nunca o Prêmio Vladimir Herzog é necessário, assim como estimular o trabalho jornalístico voltado aos direitos humanos”.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), por meio de sua secretaria-executiva, Cristina Zahar, disse

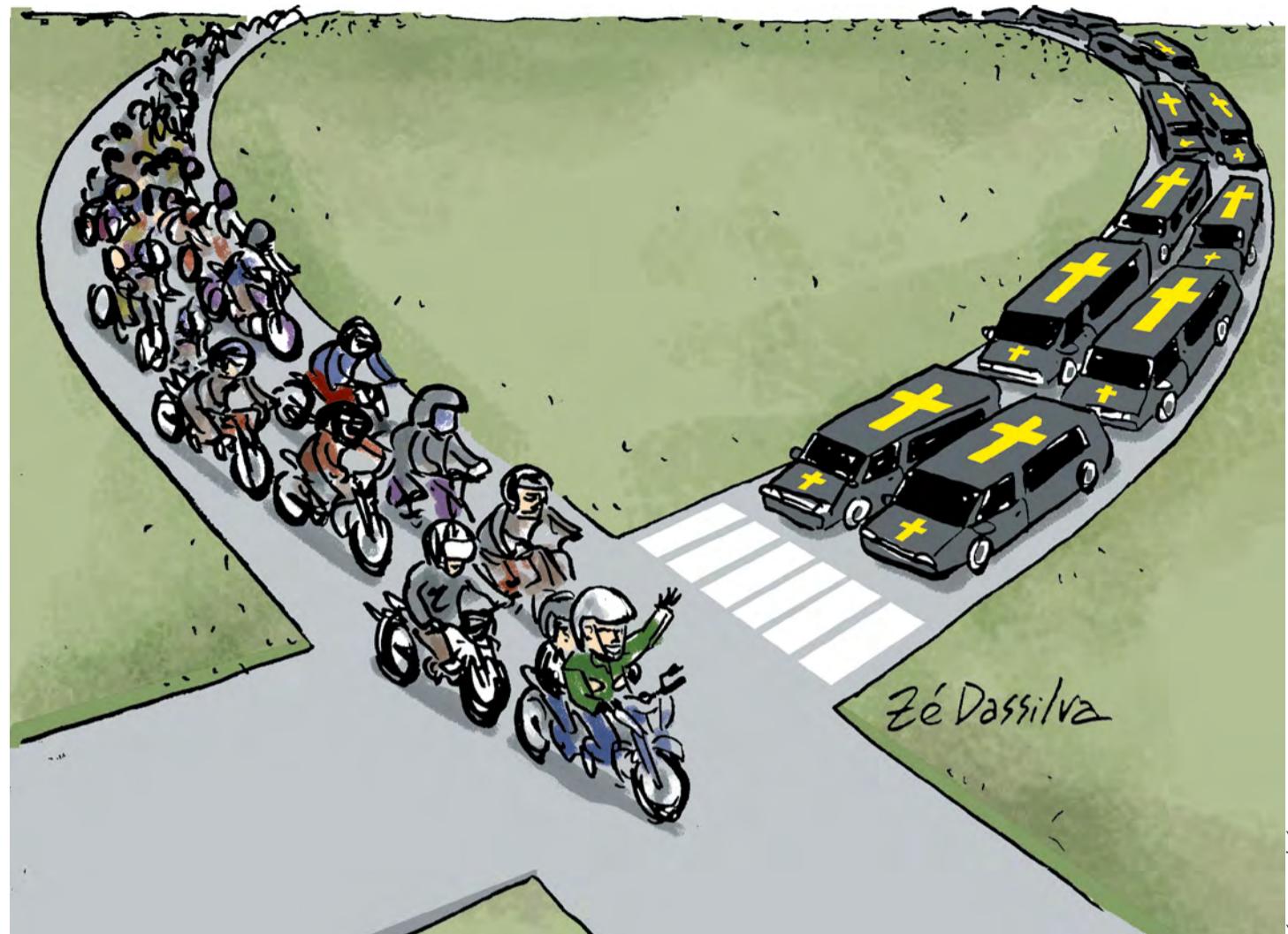
que “neste cenário que temos vivido de pandemia de saúde e uma pandemia de desgoverno, nada melhor que ter este prêmio reafirmando a importância do jornalismo independente, crítico e plural”. Para Rogerio Sottilli, diretor executivo do Instituto Vladimir Herzog, o prêmio significa “um sopro de esperança no Brasil”, ao recordar a origem da premiação como símbolo da história dos jornalistas “que lutam pela resistência democrática”.

Márcia Quintanilha, diretora da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), destacou as dimensões do prêmio, que “mostrou que o jornalismo no Brasil é feito de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Tivemos matérias memoráveis fora do circuito Rio-São Paulo, de jornalistas de veículos independentes, o que mostra que o jornalismo está vivo em nosso país, que vai sobreviver e segue na defesa da democracia e da população”.

ao estar o tempo todo denunciando os malefícios que estão sendo cometidos principalmente pela figura política mais importante do país”.

Nesta edição, houve 700 trabalhos inscritos, em sete categorias – artes, fotografia, produção jornalística em texto, produção jornalística em vídeo, produção jornalística em áudio, produção jornalística em multimídia e livro-reportagem.

O Prêmio Vladimir Herzog é promovido e organizado por uma comissão formada pelas instituições Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo; Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji); Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP); Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo; Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Conectas Direitos Humanos; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Nacional); Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo; Periferia em Movimento; e Instituto Vladimir Herzog.



ZÉ DASSILVA/DIÁRIO CATARINENSE

cutivo do Instituto Vladimir Herzog, Rogerio Sottilli, que entregou a homenagem, destacou a trajetória de vida e profissional da jornalista e militante. “Penso que este prêmio me fez ver que minha luta vale a pena”, disse Neusa Pereira. “Enquanto um negro estiver jogado na sarjeta, o Brasil não será um país democrático, não será um país livre”, completou.

Alex Silveira, quando cobria em 18 de maio de 2000 um protesto de professores pelo Agora-SP, foi atingido por um disparo de bala de borracha e perdeu 90% da visão esquerda. Depois de uma briga judicial que durou 21 anos, o Supremo Tribunal Federal (STF), por 10 x 1, responsabilizou o Estado pela lesão do profissional de imprensa. O vice-presidente da Fenaj, Paulo Zocchi, disse que o caso de Silveira é “extremamente simbólico”, uma vez que as entidades sindicais defendem os jornalistas que denunciam as violações dos direitos humanos, e a Polícia Militar tem um “comportamento seguido” de desrespeito neste sentido. “Esse era o papel do Alex e este foi o reconhecimento do STF, o que fortalece o exercício profissional e da defesa dos direitos humanos”, completou Zocchi.

Alex Silveira criticou a ação violenta da polícia, lembrou que se tratava de um protesto de professores e lamentou que a decisão da Justiça tenha demorado tanto tempo: “Me deixa indignado que uma decisão que, para mim, era muito óbvia, levou tanto tempo na discussão sobre a minha culpa. Foi sim uma decisão política, muito mais do que jurídica”. Apesar de Silveira ter vencido em primeira instância, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) reformou a decisão em 2014 sob alegação de que a culpa era do repórter fotográfico por estar no local do tumulto.

A sua importância no campo da pesquisa e do ensino do jornalismo e da comunicação valeu a José Marques de Melo um

**Motociatas (acima),
de Zé Dassilva, para
o Diário Catarinense,
expõe as prioridades
da política
bolsonarista**

lugar entre os homenageados especiais desta edição. Os professores e pesquisadores Edgard Rebouças, pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), e Ricardo Alexino Ferreira, da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), apontaram o pioneirismo, a qualidade e a produção científica de Melo para o pensamento comunicacional latino-americano. Maria Silvia Marques, viúva de Melo, recordou que José Marques, um dos fundadores da ECA, contratou Vladimir Herzog como professor na faculdade: “Somos uma grande família”.

Alexino Ferreira, ao entregar o prêmio para Elisa Larkin Nascimento, companheira de Abdias, disse que o homenageado, ícone na luta pela igualdade racial, “pensou muito no jornalismo em seu viés humanitário, marcado pela diversidade que pudesse lutar contra o racismo. Eu diria que foi um homem multimídia que sempre trouxe a questão dos direitos humanos e da diversidade nas pautas que defendia”. Elisa Larkin ainda ressaltou que a homenagem reconhece o trabalho de Abdias, mas também coletivo promovido pelo movimento negro. Lourenço Diafária, Audálio Dantas, Alberto Dines, Perseu Abramo (criador do prêmio), Eduardo Galeano, Dom Paulo Evaristo Arns foram algumas das várias personalidades homenageadas em anos anteriores. ■

Houve quatro homenagens especiais neste ano

Em 2009, o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos retomou a proposta de homenagear com o seu troféu símbolo – uma meia lua recortada com a silhueta de Vladimir Herzog, criada pelo artista plástico Elifas Andreatto – personalidades e profissionais que se dedicaram às causas da democracia, justiça social e dos direitos humanos. Nesta edição, os homenageados foram a jornalista Neusa Maria Pereira, o repórter fotográfico Alex Silveira, o ator, diretor e dramaturgo e militante da luta contra a discriminação racial Abdias Nascimento e o jornalista, pesquisador e professor de comunicação social José Marques de Melo, os dois últimos *in memoriam*.

Neusa Pereira, fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), e que hoje dirige a Abayomi Comunicação, foi pioneira na publicação de um texto sobre feminismo negro na imprensa do país. O diretor exe-

**PRÊMIO ESPECIAL,
CRIADO EM 2009,
RECONHECE
CARREIRAS
DEDICADAS À
DEMOCRACIA,
JUSTIÇA SOCIAL
E AOS DIREITOS
HUMANOS**

SINDICAL



LAERTE / ILUSTRAÇÃO SINDICAL

PARALISAÇÃO HISTÓRICA

MESMO NO HOME OFFICE, CATEGORIA CRUZA OS BRAÇOS, REALIZA MANIFESTAÇÃO VIRTUAL COLETIVA COORDENADA PELO SINDICATO E EXIGE QUE AS EMPRESAS DE JORNais E REVISTAS DA CAPITAL AVANCEM NA RECOMPOSIÇÃO DOS SALÁRIOS PELA INFLAÇÃO

Selas virtuais de mobilização lotadas, assunto entre os mais comentados no Twitter e até alvo de comentários (infelizes e irônicos, é claro) de Jair Bolsonaro em sua live semanal. No último dia 10 de novembro, jornalistas das empresas de jornais e revistas da capital paralisaram suas atividades por duas horas, em manifestação que faz parte da campanha salarial da categoria. As e os profissionais exigem que os patrões concedam 8,9% de reajuste (referente às perdas inflacionárias do período entre junho de 2020 e maio de 2021) para todos os salários.

A paralisação se estendeu às grandes redações da capital, com participação maciça em todos os veículos: *Folha de S.Paulo*,

Estadão, *Valor Econômico*, Editora Abril, Editora Globo, *O Globo* e *UOL*, além da solidariedade de profissionais de outros órgãos de comunicação, como a *Ponte Jornalismo*.

A sala virtual que concentrou a mobilização, com capacidade para 250 participantes, rapidamente lotou, e foi necessário abrir outro espaço para abrigar a categoria. Ao longo das duas horas, cerca de 350 jornalistas estiveram “reunidos” no ambiente virtual.

Mas a participação da categoria foi ainda maior nas redes sociais, com as hashtags #jornalistassalvamvidas e #jornalistavãoaparar chegando aos assuntos mais comentados do Twitter. A escolha da primeira hashtag é uma lembrança sobre o papel da categoria na cobertura da pandemia, amenizando parte da tragédia sanitária e social promovida pelo governo Bolsonaro.

Entidades sindicais de todo o Brasil, centrais sindicais, federações internacionais de jornalistas, personalidades e companheiras e companheiros de diferentes áreas se somaram na solidariedade ao movimento. Entre elas estavam Barão de Itararé, CTB, CUT-SP, Federação Argentina de Imprensa, Federação Internacional de Jornalistas na América Latina, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), sindicatos dos jornalistas do Ceará e do Distrito Federal e Jornalistas Livres.

A luta dos jornalistas também foi reconhecida por outras personalidades, como o ator Gregório Duvivier e o advogado Thiago Amparo. Entre os políticos que manifestaram apoio estavam a presidente do PT, Gleisi Hoffmann; a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ); e a deputada estadual Leci Brandão (PCdoB-SP). Os deputados federais Marcelo Freixo (PSB-RJ)

e Orlando Silva (PCdoB-SP) igualmente enviaram mensagens de apoio. Guilherme Boulos, coordenador do MTST, também se manifestou favorável à paralisação.

Diversos jornalistas que não necessariamente trabalham nas empresas de jornais e revistas publicaram manifestações de apoio. Entre eles, Leonardo Sakamoto, da Repórter Brasil; a secretária-geral do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Renata Mielli, e os diretores da Fenaj, Samira de Castro e Márcio Garoni.

A paralisação repercutiu tanto que foi assunto até das famigeradas lives semanais de Jair Bolsonaro. Como não poderia deixar de ser, com uma abordagem desqualificada e baixa, que ironiza as dificuldades enfrentadas pela categoria, da mesma maneira que desprezou as centenas de milhares de mortes causadas pela pandemia e por seus usuais atos de desprezo à dignidade humana.

Por que paralisar?

Em suas campanhas publicitárias e em declarações públicas, as empresas de jornalismo têm reforçado a mensagem de que o jornalista exerce uma atividade essencial para a sociedade e a defesa dessa profissão é uma maneira de garantir o fortalecimento da própria democracia contra qualquer tipo de autoritarismo. Outra lembrança recorrente para os leitores é que o jornalismo profissional precisa ser devidamente financiado para que consiga desempenhar de maneira apropriada seu papel.

Infelizmente, o que as empresas tanto defendem da porta para fora não é cumprido nas próprias redações. Há cinco meses, a resposta dos patrões de jornais e revistas da capital é a intransigência em recompor os salários da categoria pela inflação, registrada em 8,9% pelo INPC no período de junho de 2020 a maio de 2021.

Nas primeiras mesas de negociação entre o Sindicato dos Jornalistas e os representantes das empresas, a proposta patronal era simplesmente não reajustar os salários da categoria. 0%. Após a realização de assembleias cada vez mais participativas e com jornalistas de todas as redações da capital, as empresas avançaram discretamente na proposta.

Um dia antes da paralisação, em 9 de novembro, mais de 250 jornalistas reunidos em assembleia virtual rejeitaram por unanimidade a proposta patronal apresentada na mesa de negociação, na qual os patrões ofereceram três faixas de reajuste e a multa da PLR reajustada em 8,9%. Para salários de até R\$ 5 mil — vale destacar, abaixo do piso de sete horas calculado pelo Sindicato —, o reajuste salarial seria pela inflação (8,9%), sendo 5% retroativo à data-base em junho e a diferença em janeiro. Já os salários entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil sofreriam reajuste de 6% em duas parcelas, sendo 5% em junho e a diferença em janeiro. Os salários superiores a R\$ 7 mil teriam reajuste fixo de R\$ 420, dos quais R\$ 350 retroativos a junho e a diferença em janeiro. O pagamento das diferenças se daria em duas parcelas: em novembro e dezembro. Para os jornalistas, a proposta não representou um avanço concreto e foi considerada uma tentativa de desmobilizar a paralisação.

Além de organizar a paralisação para que o maior número possível de profissionais aderisse ao movimento, o Sindicato dos Jornalistas realizou uma série de ações preparatórias à manifestação. No dia 9 de novembro, diretoras e diretores estiveram com faixas e som na frente da Editora Globo, no Itaim Bibi, para pressionar a empresa a avançar na negociação — em setembro, outro ato organizado pela diretoria esteve na porta da Folha, no centro da cidade.

SALA VIRTUAL DA MOBILIZAÇÃO RAPIDAMENTE LOTOU, E FOI NECESSÁRIO ABRIR OUTRO ESPAÇO PARA ABRIGAR OS 350 JORNALISTAS QUE SE MANTIVERAM REUNIDOS AO LONGO DE DUAS HORAS



O Sindicato dos Jornalistas realizou ações preparatórias, como atos na porta da Folha de S.Paulo, em 30 de setembro (acima e ao lado), e em frente ao edifício no qual funciona a Editora Globo, no dia 9 de novembro (abaixo)



FOTOS: EDUARDO VINÉ BOLDT

A luta continua!

Antes do fechamento desta edição, uma nova assembleia da categoria foi realizada, com a presença de mais de 230 jornalistas. As e os jornalistas exigiram a retomada da mesa de negociação, para que as empresas ofereçam nova proposta, além de aprovar mais uma paralisação pelo período de quatro horas, no dia 23 de novembro. “Acreditamos que, neste momento, são os representantes dos patrões que devem formalizar o que desejam oferecer para avançarmos nas negociações. Por decisão unânime da assembleia, mantemos nossa atual contraproposta e aguardamos uma nova posição das empresas”, escreveu o Sindicato em carta às empresas.

Além disso, o movimento das trabalhadoras e trabalhadores denunciou e repudiou as tentativas de intimidação que ocorreram notadamente no jornal *Valor Econômico*, com a solicitação de uma lista

dos profissionais que paralisaram suas atividades. “Como todos sabemos, o direito à manifestação é legítimo e protegido por nossa Constituição Federal. Qualquer tentativa de assédio ou pressão é também uma maneira de atacar e ferir a democracia”, pontua o comunicado destinado aos patrões. “Estamos conscientes de que a mobilização deve continuar até que uma nova proposta satisfatória seja apresentada pelas empresas. Desta maneira, não nos calaremos diante desta ou qualquer outra tentativa de desmobilização de nosso legítimo movimento.”

Para o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Thiago Tanji, este é um momento inédito e histórico, tanto pelo formato da mobilização (com as salas virtuais de “piquete”) quanto pelo engajamento da categoria na luta por suas reivindicações. “O que está acontecendo agora faz parte de um movimento mais amplo, iniciado

notadamente após o início da pandemia, quando realizamos assembleias com centenas de jornalistas que seriam afetados pela MP que reduzia salários e jornadas”, relembra. “A categoria está mais unida do que nunca e consciente de todas as dificuldades. Mas com muita disposição para lutar, depois de um longo inverno de precarização, demissões e piora nas condições de trabalho.”

Neste sentido, o Sindicato dos Jornalistas entende que tal movimento das e dos jornalistas também pode ser um exemplo para as companheiras e companheiros de sindicatos que ainda buscam maneiras de dialogar com a categoria em uma nova realidade, em que as relações de trabalho se sobreponem com o presencial e o virtual. Como disse um companheiro da diretoria durante a paralisação do dia 10, “nunca pensei que seria tão emocionante fazer um piquete virtual”. E foi emocionante mesmo! ■

SINDICAL

Os riscos do jornalismo sobre duas rodas

O jornal *Unidade* ouviu profissionais que atuam como motolink nas emissoras de São Paulo e inicia uma série de reportagens sobre o tema. O objetivo é discutir o assunto com os principais envolvidos e elaborar ações em defesa dos trabalhadores

por Eduardo Viné Boldt

A informação sobre o acidente sofrido pelos profissionais do motolink da TV Bandeirantes rapidamente ganhou os grupos de WhatsApp de jornalistas no estado de São Paulo na noite de sexta-feira, 10 de setembro. A notícia sensibilizou jornalistas e radialistas de diferentes redações e mobilizou um contingente de pessoas para apurar o que de fato aconteceu. Na redação da Band o sentimento de tristeza pairava no ar. O assunto corria de boca em boca, enquanto o comunicado oficial da empresa não era publicado.

O repórter cinematográfico Ronaldo das Graças de Carvalho, de 45 anos, faleceu no acidente ocorrido no início da noite no km 58 da rodovia Anchieta, importante via que liga a capital paulista à Baixada Santista. Seu assistente e piloto, o radialista Rodrigo Almeida Castro, sofreu ferimentos leves. Uma carreta abalroou o veículo dos profissionais enquanto estavam parados no acostamento da autovia. Eles voltavam de uma pauta, onde acompanharam uma ação da polícia na Baixada. A moto apresentou problema no pneu dianteiro, o que os forçou a pararem no acostamento, local da tragédia.

A morte de Ronaldo, que trabalhava na Band desde 2014, lançou luz sobre a função de motolink e reabriu uma discussão que há duas décadas está no seio da atividade das emissoras de TV paulistas: a utilização de motocicletas para a cobertura do jornalismo diário. Sob a condição de anonimato, a reportagem do *Unidade* conversou com pilotos, repórteres cinematográficos e profissionais de diferentes emissoras que se utilizaram e ainda utilizam a moto como recurso para a sua atividade. Com condições díspares, pressão pela notícia e risco de vida, a atuação como motolink encontra-se entre as mais vulneráveis para o jornalista na atualidade.

Do improviso à obrigação

As tradicionais enchentes da cidade de São Paulo, quando não viram notícia, atrapalham o deslocamento diário das equipes de reportagem. No ano de 1998 não foi diferente. Com a cidade parada e um factual na zona leste, foi o “fiteiro”¹ da TV Record, o Anastácio, quem resolveu o problema. “Por que a gente não vai de moto? Pega o Alexandre Marçal, a gente leva a câmera em uma capa e chegamos mais rápido”, conta ter presenciado Arnaldo*, experiente repórter cinematográfico que atua como motolink na capital paulista. A equipe conseguiu chegar a tempo da reportagem, e a direção da emissora decidiu montar equipes permanentes.

O formato caiu como uma luva para o programa *Cidade Alerta*, comandado de 1998 a 2002 pelo jornalista José Luiz Datena. “Em 2002, quando o Datena foi para a Rede TV, a Record tinha 10 motolinks”, ressalta Arnaldo. O apresentador levou com ele o *know how* da atividade, que em pouco tempo se disseminou por todas as emissoras da capital. A solução do problema se tornou prática corriqueira entre os programas de jornalismo policial que se multiplicaram pelas emissoras nos anos 2000. À custa do sacrifício de seus profissionais, as empresas encontraram uma mina de ouro, acompanhando ao vivo diligências policiais e cobrindo em tempo real prisões e deslocamentos de viaturas pela cidade.

Risco de vida

A atividade em si carrega extremo risco para os profissionais envolvidos por questões óbvias: a união entre a pressão do jornalismo factual e a insegurança da motocicleta inevitavelmente deixou um rastro de acidentes ao longo do tempo. A falta de critérios rígidos de segurança é outro problema apontado pelos profissionais ouvidos, que expõem enormes diferenças de procedimento entre as empresas.

REPRODUÇÃO



Ronaldo das Graças faleceu em setembro depois de sofrer acidente na rodovia Anchieta

Já em 2003 os sindicatos dos jornalistas e de radialistas de São Paulo se uniram reivindicando o fim do uso da moto como transporte de equipes de reportagem. Foi enviado um pedido formal para a Band, a Record e a Rede TV no dia 13 de novembro daquele ano, exigindo “o imediato cancelamento das motocicletas como meio de transporte dos operadores de câmera e repórteres”. A nota apontava ainda que os “trabalhadores devem voltar a serem transportados em veículos seguros e com grade de proteção”. A carta foi replicada em boletim das entidades. O informe não especificava os envolvidos, mas registrava que, naquele momento, ocorreram duas mortes no período de duas semanas envolvendo equipes de motolinks.

Em 2006, Alexandre Marçal, um dos precursores do motolink em São Paulo, faleceu em acidente se deslocando para a empresa. Em julho de 2014, o então assis-

tente de motolink do SBT Ricardo Moreno foi baleado no abdome em tentativa de assalto, outro risco corriqueiro para os profissionais. O incidente encerrou as atividades de motolink na emissora.

“Que eu saiba, ao menos oito motos foram roubadas aqui na emissora”, disse Antunes*, profissional gabaritado de grande empresa de São Paulo. Intimidações e risco de danos ao equipamento são recorrentes, fazendo parte das preocupações diárias dos trabalhadores.

Recentemente, profissional da Record se acidentou, o que obrigou a empresa a realocá-lo em equipe com viatura. Em setembro, Ronaldo perdeu a vida deixando cinco filhos.

Condições de trabalho

Apesar da histórica posição do Sindicato, os trabalhadores entrevistados foram categóricos: a função de motolink não deve ser extinta. Após o acidente, a Band interrompeu as atividades dos profissionais por algumas semanas, mas rapidamente as motos voltaram para as ruas.

“A função do motolink em uma metrópole como São Paulo é essencial. O jornalismo é totalmente dependente da função de motolink. Sem ele, não tem como fazer um jornalismo presente, factual, na cidade de São Paulo, infelizmente”, ressaltou Anderson*, repórter cinematográfico que atua na capital. Posição acompanhada por todos os profissionais consultados. A resistência dos profissionais em condenar a atividade é clara e compreensível: o receio do encerramento das vagas de trabalho, que teria impacto em um mercado já enxuto e restrito.

A discussão que se coloca é como desenvolver a atividade no contexto colocado, e que ações os sindicatos, em conjunto com a categoria, devem tomar para proteger os principais atores e envolvidos: os jornalistas e radialistas que expõem suas vidas ao perigo para cumprir a função social do jornalismo.

A PARTIR DE 1998, AS EMISSORAS ENCONTRARAM UMA MINA DE OURO, ACOMPANHANDO AO VIVO DILIGÊNCIAS POLICIAIS E COBRINDO EM TEMPO REAL PRISÕES E DESLOCAMENTOS DE VIATURAS PELA CIDADE

* Nome fictício

¹ “Fiteiro” era o motociclista responsável por levar as fitas com as imagens gravadas pelo repórter cinematográfico até a emissora. A função economizava tempo da equipe e garantia agilidade para a edição dos telejornais.

COJIRA

**Participantes
do Seminário
Equidade Racial
na Empresa
Jornalística,
realizado em
2017, um dos
diversos eventos
organizados pela
comissão**

Cojira SP completa 20 anos de luta por equidade racial entre jornalistas

Cursos, exposições, palestras e lives, publicação de livros e artigos, presença em atividades antirracistas e atuação em âmbito nacional deram visibilidade à existência da comissão

por Flávio Carrança

A Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira SP), órgão de assessoria à diretoria do Sindicato, aberto à participação de profissionais com registro, teve e tem um papel importante no despertar e aprofundamento do debate sobre a desigualdade racial no interior da nossa categoria e das empresas do setor. Em julho deste ano, vários de seus integrantes participaram ativamente do 2º Encontro Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (Enjira), evento que reuniu os organismos de combate ao racismo de diversos sindicatos de jornalistas do país (ver *Unidade* 412) e definiu propostas posteriormente submetidas à aprovação do 39º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado virtualmente em setembro último. O objetivo deste texto é traçar um panorama resumido do contexto em que a Cojira SP foi criada e das atividades que desenvolveu.

O movimento sindical brasileiro demorou para incluir o combate ao racismo entre suas prioridades, e os sindicatos de jornalistas, mais ainda. Apenas na década de 1990, sob impulso da pressão exercida pelo movimento negro, importantes categorias profissionais – como químicos, bancários e comerciários – aprovaram acordos coletivos voltados para o desenvolvimento de políticas antirracistas. Nos sindicatos de jornalistas, no entanto, esse debate teria início apenas na virada do

milênio, no quadro das discussões sobre as políticas de cotas durante a preparação e o acontecimento da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata da ONU, realizada em Durban, na África do Sul, no mês de setembro de 2001.

Na manhã de 11 de setembro daquele ano, em uma sala de reuniões do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, um grupo de jornalistas negros assistiu pela TV, sem entender direito do que se tratava, as imagens do incêndio em uma das torres gêmeas do World Trade Center, quando o segundo avião se chocou contra a outra torre. Em meio àquelas imagens assustadoras, discutímos o caráter de um organismo de combate ao racismo que havíamos criado um ano antes. Em junho de 2000, a partir de uma proposta do jornalista de Piracicaba Noedi Monteiro, o núcleo inicial que realizou esse debate havia se denominado Comitê Permanente de Jornalistas Negros. Porém, no decorrer do primeiro semestre de 2001, por minha iniciativa e levando em conta a experiência de outros sindicatos, abriu-se uma discussão política naquele coletivo sobre a pertinência da inclusão da palavra “negros” em seu nome. No final desse processo, a maioria dos participantes daquele quadro de discussões apoiou a ideia de que a permanência daquela denominação poderia se tornar um obstáculo à participação de não negros nas atividades

a serem implementadas. Como resultado desse consenso, foi adotado um novo nome: Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, resumido na sigla Cojira.

O manifesto de lançamento da Cojira SP apontava a necessidade da produção de informações sobre a desigualdade racial no interior da categoria, como condição necessária para a elaboração de políticas voltadas para a promoção da equidade; falava também sobre a necessidade de aumentar a presença de profissionais negros nos locais de trabalho de jornalistas, inclusive para reduzir as coberturas estereotipadas e, ainda nesse sentido, apontava a necessidade de ações que melhorassem a compreensão da questão racial tanto por parte dos profissionais já atuantes quanto dos estudantes de jornalismo; o texto declarava ainda a intenção da comissão de acompanhar e divulgar o trabalho da imprensa negra. Assinam o documento Amélia Nascimento, Benedito

Egydio dos Santos, Esmeralda Ribeiro, Flávio Carranca, Francisco Soares, Maurício Pestana, Oswaldo de Camargo, Oswaldo Faustino, Paulo Vieira Lima, Ricardo Aleixo Ferreira e Ronaldo Junqueira.

Merecem destaque, entre as inúmeras atividades que a Cojira SP realizou e está realizando nessas duas décadas, o relançamento, em 2002, da obra *Imprensa Negra*, de Clóvis Moura e Miriam Nicolau Ferrara, coletânea de estudos e *fac-símiles* de jornais do início da imprensa negra paulistana, cuja tiragem de 2.500 exemplares foi, em grande parte, doada a bibliotecas públicas do estado de São Paulo, universidades, entidades do movimento negro, sindicatos, além de professores e outros estudiosos de todo o país. Também deve ser assinalada a publicação, em 2004, pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp) e por Geledés – Instituto da Mulher Negra, do livro *Espelho Infel: o negro no jornalismo brasileiro*, coletânea de artigos organizada por Flávio Carranca e Rosane da Silva Borges.

Durante seus 20 anos de existência, a Cojira SP promoveu cursos, palestras e lives abordando temas que relacionam jornalismo e questão racial, atividades que realizou com parceiros como a Coordenadoria do Negro do Município de São Paulo, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) ONU Mulheres, Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e Museu Afro Brasil, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Comerciários, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Certr), National Association of Black Journalists (NABJ) e muitas outras entidades.

Embora ainda não tenha conseguido encaminhar a negociação de cláusulas de promoção da equidade racial nos acordos coletivos da categoria, o surgimento da Cojira e as atividades que desenvolveu tiveram o mérito de contribuir para despertar esse debate entre os jornalistas brasileiros, apontando caminhos para a solução dos problemas. E claro que essa não foi uma iniciativa isolada. Também no ano 2000, durante a realização em Porto Alegre do 1º Fórum Social Mundial, tiveram início os debates que levaram à criação, em 2001, do Núcleo de Comunicadores Afrodescendentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindjors), tendo à sua frente as jornalistas Vera Daisy Barcellos (atual presidente do Sindjors) e Jeanice Ramos, ainda à frente do agora denominado Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros do Rio Grande do Sul. O surgimento desses dois organismos estimulou o debate em escala nacional, o que resultou na criação de instâncias organizativas semelhantes no município do Rio de Janeiro, no Distrito Federal e nos estados de Alagoas, Paraíba e Bahia. Esse mesmo processo levou à criação, em 2007, da Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Étnico-Racial (Conajira), que reúne todos esses coletivos no âmbito da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

**O SURGIMENTO DA
COJIRA E AS ATIVIDADES
QUE DESENVOLVEU
TIVERAM O MÉRITO DE
DESPERTAR O DEBATE
ENTRE OS JORNALISTAS,
APONTANDO CAMINHOS
PARA A SOLUÇÃO
DOS PROBLEMAS**

BOLETIM

RESENHA

Calote da Abril: Sindicato pede investigação sobre offshores dos Civita

Com as revelações de que os Civita mantiveram três offshores não declaradas durante a recuperação judicial, o Sindicato protocolou um pedido para que a conduta dos empresários sobre possível prática criminosa seja investigada. A omissão do patrimônio impactou todo o processo de recuperação judicial e lesou os trabalhadores da empresa.

⊕ <https://bit.ly/3aBquTp>

Ataques a jornalistas

O SJSP vê com preocupação a escalada de ataques feita contra profissionais de imprensa. Visitas do presidente da República no interior de São Paulo e em Roma desencadearam ataques. Em Aparecida (SP), ao menos seis agressões foram registradas enquanto em Roma profissionais de imprensa foram covardemente agredidos por seguranças de Bolsonaro. Outros ataques foram registrados, como a censura judicial imposta ao jornalista Márcio Alexandre Barreto, ameaças ao comunicador Jerry de Oliveira, que atua na Rádio Noroeste FM, aos jornalistas Igor Sorente, por nota publicada no *Jornal da Cidade*, e Marcelo Hailer, pela publicação de matéria na revista *Fórum*, e violência física contra o jornalista Flávio Augusto Melges na sessão da Câmara de Jaú.

⊕ <https://bit.ly/3o2B380>

Campanhas salariais

No interior, os jornalistas fecharam o acordo com 8,5% de reajuste na Campanha Salarial de Jornais e Revistas. A Convenção Coletiva de Trabalho do segmento já está disponível para consulta no site do SJSP. No segmento de rádio e TV, o SJSP enviou a pauta de reivindicações ao sindicato patronal. As reivindicações da categoria são reajuste salarial pela INPC mais 4,5% e a volta da PLR. A data-base é em 1º de dezembro.

⊕ <https://bit.ly/3mc8iyh>
⊕ <https://bit.ly/39Vjwi3>

EBC: ação contra privatização

Com o apoio da Fenaj, ABI e FNDC, os sindicatos de jornalistas e radialistas de SP, Rio e DF entraram com uma Ação Civil Pública para impedir o processo de privatização e extinção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A ação demonstra a incompatibilidade do ato e pede a suspensão da inclusão da EBC no Programa Nacional de Desestatização, vistos os preceitos constitucionais e sua função social.

⊕ <https://bit.ly/31xwXxa>

Lendas urbanas por duas autoras santistas

por João Marques

Passei parte da quarentena em Santos e, da janela do apartamento onde fiquei isolado, avistava, todo final de tarde, na calçada do outro lado da rua, uma mulher vestida de preto; com um véu da mesma cor cobrindo a cabeça e um cajado na mão, ela caminhava de lá pra cá, cantando, o que me pareceram, cânticos religiosos; depois, descobri que morava num casarão vizinho e ficou assim por conta de uma tragédia: de casamento marcado, seu noivo viajou para regularizar uns documentos e morreu em um acidente de carro. Chequei essa informação com o funcionário do prédio: — É verdade, seu Antonio?! — Pelo menos, é o que dizem — ele me respondeu. Quando comecei a ler *Encontros à Hora Morta*, de Vanessa Ratton e Maria Valéria Rezende, com ilustrações de Alexandre Camanho (*Florear*, 192 págs.), logo me lembrei dessa história, um perfeito embrião de lenda urbana, tipo *A Noiva do Casarão da Alexandre Martins*, mas que pode ter sido abortado. No meio deste ano, a casa da noiva foi demolida, o último casarão da região, apagando a história e interrompendo uma lenda.

Era começo da pandemia, Vanessa já vinha pesquisando sobre lendas urbanas e pensava em escrever uma novela, mas ainda não tinha o gancho, até que leu uma matéria no *Estado de Minas*, que a deixou muito impressionada. O navio de cruzeiro Zaandam, que saiu de Buenos Aires, no

índio de março de 2020, e seguiu para San Antonio, no Chile, levando 1.800 pessoas, foi proibido de atracar, pois 42 passageiros apresentavam sintomas da covid-19. Inspirada nessa notícia, ela construiu o fio condutor de sua estreia na literatura juvenil. O narrador Tomás, jovem, natural de Marialva, pequena aldeia de Portugal, viaja com a família — sua irmã mais nova, Catarina, e seus pais, Leonora e Martin —, visitam parentes em Buenos Aires e de lá embarcam no Zaandam; mas, diferentemente do navio real, este foi acolhido no porto de Santos. E assim começa sua viagem fantástica, percorrendo várias lendas urbanas santistas.

Depois de mostrar a primeira versão do texto a Maria Valéria, profunda conhecadora das tradições orais da cidade, que sentiu falta “da história do pirata”, Vanessa a convida para escrevê-la, e o que mais a amiga pudesse se lembrar; assim, dividiram a autoria do livro. Os horrores do navio Raul Soares, cenário de tortura durante a ditadura; as histórias do Porto de Santos, da Santa Casa, do Monte Serrat, do Cemitério do Paquetá, do Teatro Brás Cubas, da Pinacoteca Benedito Calixto; os fantasmas das mulheres assassinadas ou violentadas pela moral social e política e até lendas mais contemporâneas, como a da Loira do Banheiro, ilustram essa narrativa. “Nossa Santos e suas histórias estão imortalizadas nesta obra de realismo fantástico”, concluiu Maria Valéria Rezende.

Vanessa Ratton nasceu em Santos, é jornalista, professora, psicopedagoga, escritora; integra o Movimento Mulherio das Letras, que reúne milhares de mulheres, profissionais do livro, no Brasil e no exterior; colunista de *A Tribuna*, também é autora de literatura infantil, com o pseudônimo de Tatá Bloom. Maria Valéria Rezende, escritora premiada, é igualmente santista, já falamos dela quando demos a dica do seu livro *Carta à Rainha Louca*. ■

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclube Vladimir Herzog

Batalha Bilionária – O Caso Google Earth

Oliver Ziegenbalg e Robert Thalheim (ALE, 2021)

Minissérie sobre a empresa que processou o Google, por violação de patente; companhia alega semelhanças entre os dois serviços de mapas. ⊕ **Netflix**

Samba

Éric Toledano e Oliver Nakache (FRA, 2014)

Com Omar Sy e Charlotte Gainsbourg, longa, que estreou em streaming, mistura comédia e drama e conta a história de um imigrante senegalês que corre risco de ser deportado da França. ⊕ **Netflix**

1971: O Ano em que a Música Mudou o Mundo

James Rogan (EUA, 2021)

Documentário em série, com registros raros, conta histórias e apresenta as trilhas que embalaram cultura e política em 1971; com Rolling Stones, George Harrison, Aretha Franklin, Marvin Gaye, The Who, Joni Mitchell e outros. ⊕ **AppleTV**

Clickbait

Christian White e Tony Ayres (AUS, 2021)

Nessa minissérie de suspense sobre redes sociais, personagem Nick Brewer é raptado e sua vida depende de um jogo online, das visualizações e curtidas.

⊕ **Netflix**

DICAS DE LEITURA**Nossa Correspondente Informa**

Jan Rocha - Alameda, 508 págs.

Entre 1973 e 1985, correspondente da BBC de Londres, Jan traduzia e denunciava para o mundo, em notas breves, o dia a dia da ditadura e tudo o que acontecia no Brasil.

Geração 2010: O Sertão é o Mundo

Vários Autores - Reformatório, 200 págs.

Antologia organizada por Fred Di Giacomo reúne 25 autores; mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBTQIA+, que vieram dos sertões, florestas ou pequenas cidades do interior do Brasil.

Benedita

Claudia Nina - Dialogar, 122 págs.

Depois de *Paisagem de Porcelana*, autora lança novo romance. Ambientado no sertão, acompanha a personagem-título, que busca uma vida longe da fome e da falta de perspectiva.

Mosaico de 22

Vários Autores - Desconcertos e Serra Azul, 149 págs.

Organizada por Jeosafá F. Gonçalves, parceria de duas editoras, edição comemorativa (ebook e impressa) reúne artigos que remetem à Semana de Arte Moderna de 1922, cujos cem anos se comemoram em fevereiro próximo.

Sujeito Oculto – Trilogia

Osvaldo Higa - Lavra, 256 págs.

Três histórias (*Um Começo Feliz, Sujeito Oculto e Transmutação*) apresentadas num único volume, da épica viagem que Diógenes, um jornalista, faz em busca do autoconhecimento.



DIVULGAÇÃO

Histórias e trilhas que embalam cultura e política em 1971: O Ano em que a Música Mudou o Mundo

Meu Ano em Nova York

Philippe Falardeau (EUA, 2020)

Em 1990, jovem aspirante a escritora, contratada como assistente, escreve cartas e responde aos fãs do maior cliente da agência, J. D. Salinger. ⊕ **Netflix**

MEMÓRIA



REPRODUÇÃO

Duarte Pereira (1939-2021) durante entrevista ao Memorial da Resistência de São Paulo, em 2014: uma vida dedicada à militância

Duarte Pereira, jornalista

Militante político durante toda a sua vida, enfrentou a ditadura militar e se manteve ativo como intelectual e escritor

por Carlos Azevedo

Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, o nome já é algo pouco comum. Cinco nomes, o que até parece uma premonição sobre alguém com uma personalidade complexa e que desenvolveria com brilho competências diversificadas.

Intelectual, teórico marxista, professor universitário, dirigente político fundador de organização revolucionária (Ação Popular), militante com ação concreta diretamente junto aos trabalhadores (greve operária de Osasco, Movimento contra a Carestia, na zona Sul de São Paulo) e por aí vai. Mas quero falar dele como jornalista.

Duarte apareceu um dia na redação de *Realidade* lá pelo início de 1966, antes do primeiro número da revista. Havia sido contratado para o departamento de pesquisa. Magro, de pele pálida, discreto, de óculos de grau, sempre vestindo terno leve e gravata, um tipo bem diferente da nossa turma de barulhentos, que andávamos de calça rancheira e em mangas de camisa. À primeira vista, bem parecia o cara certo para um departamento de pesquisa, para ficar ali levantando dados e estatísticas que dessem apoio às reportagens, o que ele, aliás, viria a fazer com bons resultados para a credibilidade da revista.

Mas foi muito mais do que isso. Sua primeira contribuição foi para a capa da primeira edição. Quem pesquisar vai ver nessa capa a foto de Pelé usando um chapéu da Guarda Real britânica. Na época, teve grande repercussão. A ideia da foto já não lembro de quem foi. Mas quem procurou por São Paulo inteira e encontrou o chapéu numa loja que fazia trajes para personagens de teatro foi Duarte.

Discreto. Falava só o necessário, em voz calma, sem arroubos no meio da ebólition da redação. Ali ninguém sabia que ele havia sido vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1963-64. (...)

Estávamos começando a fazer a revista.

Duarte, que então se apresentava só como Duarte Pacheco, logo chamou a atenção quando escreveu uma grande reportagem sobre a China Popular (*Eis a China*), que com certeza foi a primeira matéria informativa sem viés anticomunista publicada no país. Houve muitas reações. Lembrem-se, já era a ditadura militar. Mas a matéria passou. (...)

Um ano e meio depois de chegar, (...) repentinamente pediu demissão. Alegou que, sendo também professor, estava atarefado demais para se manter trabalhando ali.

Na verdade, tratava-se de um dos cinco principais dirigentes da organização da esquerda católica Ação Popular, clandestina desde o golpe militar de 1964. Duarte era procurado pelos órgãos de repressão da ditadura militar e estava se afastando da revista para evitar ser localizado e preso. (...)

Em 1968, a Ação Popular passava por um momento de transição profunda, ia assumindo posições marxistas e buscava ampliar o seu raio de ação do movimento estudantil e classe média para se aproximar dos trabalhadores urbanos e rurais.

Trabalhando na clandestinidade, Duarte foi encarregado pela direção da organização de criar um jornal que fosse um divulgador das posições políticas e organizador das células da AP espalhadas pelo país. Foi chamado de *Libertação*, do qual ele foi o primeiro dirigente e eu seu editor e factótum. No início, feito em mimeógrafo; depois, em sucessivos aperfeiçoamentos, o jornal chegou a ser impresso numa gráfica própria, montada sob a direção de Duarte num sítio da periferia de São Paulo por um casal de militantes (Divo e Raquel Guisoni).

Libertação circularia, sempre na clandestinidade, pelas mãos dos militantes, até 1975, sete anos, durante os quais os órgãos de repressão da ditadura procuraram inutilmente por ele e por sua gráfica. (...)

Depois da democratização, Duarte continuou atuando como professor e disseminador de ideias. Ele dizia que gostava de ser professor e de fazer jornalismo.

Se você quiser saber mais sobre Duarte Pereira e seus escritos, inclusive os *Ensaios Populares*, vá ao site marxismo21.org e procure “Dossiê Duarte Pereira”. Está tudo lá.

• Publicamos aqui extratos do texto. Veja na íntegra em <https://bit.ly/413-memoria>

CONHEÇA AS FORMAS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PROPORTIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício

1% DO SALÁRIO com TETOS de
R\$ 38 para o Interior, Litoral
e Grande SP
R\$ 60 para a Capital

FIXA

R\$ 38 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

PARA ACERTAR SUA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, ENTRE EM CONTATO: mensalidade@sjsp.org.br ou (11) 94539-8810



COLUNA DO JUCA

Ainda sobre a Lei de Meios

por Juca Kfouri

O IMPORTANTE NÃO É DISCUTIR A OPORTUNIDADE DA QUESTÃO, MAS A QUESTÃO EM SI

Opiniões mais que respeitáveis no campo progressista consideram inoportuna a discussão sobre a Lei de Meios na próxima campanha eleitoral.

Desnecessário dizer o motivo: a mídia hegemônica no país a considera mais que inoportuna, a vê como tentativa de censura, o que não é verdade.

Já foi dito aqui que as principais democracias do mundo têm em vigor legislação regulatória da imprensa, seja por motivos econômicos, seja para coibir excessos, ou ambos.

Nos Estados Unidos, a ameaça do capital estrangeiro estabeleceu novos parâmetros para a propriedade cruzada dos meios de comunicação.

Na Inglaterra, a legislação fechou um tabloide sensacionalista do australiano Murdoch que gravava as ligações telefônicas de celebridades.

Faz sentido? Ora, se faz!

Lembremos que o atual presidente do Brasil surfa na onda de ser contra qualquer regulação, e o motivo está claro. Enquanto agride jornalistas, e distribui verbas para sua rede de notícias falsas, tudo que mais teme é o controle social dos veículos de informação.

Ora, seria mesmo o fim do mundo um jornalista defender censura à imprensa.

Acaciano dizer que governos não podem controlar a liberdade de expressão, a sociedade sim é que precisa ter instrumentos para se defender de quem prega a violência, faz campanhas contra vacinação, pregações racistas ou homofóbicas, além de mentir descaradamente sobre as agressões ao meio ambiente.

Curioso observar, por exemplo, a justa preocupação dos meios tradicionais com os absurdos cometidos pelos Facebooks da vida, e a consequente grita por algum tipo de limite à atuação das chamadas *big techs*.

Se vale para uns, e vale, por que não valeria para todos?

O importante não é discutir a oportunidade da questão, mas a questão em si.

Desonesto será esconder o tema na campanha eleitoral e deixar para depois, caso se eleja quem considere importante fazer a discussão, para ser justamente acusado de estelionato eleitoral.

Tudo, rigorosamente tudo que esteja no horizonte de uma candidatura deve ser exposto em seu programa.

Para que o eleitorado saiba exatamente o que esperar do governante que eleger.

Inoportuna é a omissão, inoportuno é o medo de expor ideias. É preciso ousar.

TRAÇO LIVRE | por Ebbio

FORA BOLSONARO E SUA REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32)

Em defesa dos serviços públicos

